

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 20ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada ao debate das propostas de traçado do rodoanel e seus impactos para a Região Metropolitana de Belo Horizonte

1.2 – Comissões

2 – ORDEM DO DIA

2.1 – Plenário

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA DA 20ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/11/2021

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Palavras do Sr. Fernando Scharlack Marcato – Palavras do Sr. Vittorio Mediolli – Palavras do Sr. Alexandre Kalil – Palavras do Sr. Avimar de Melo Barcelos – Homenagem Póstuma – Palavras da Sra. Marília Campos – Debates; Homenagem Póstuma; debates – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Bruno Engler – Coronel Sandro – Doorgal Andrada – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Professor Wendel Mesquita – Sávio Souza Cruz – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das 4 reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião ao debate das propostas de traçado do rodoanel e seus impactos para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Alexandre Kalil, prefeito municipal de Belo Horizonte; e Vittorio Medioli, prefeito municipal de Betim; a Exma. Sra. Marília Campos, prefeita municipal de Contagem; e os Exmos. Srs. Alvimar de Melo Barcelos, prefeito municipal de Brumadinho; Fernando Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade; Breno Longobucco, subsecretário de Obras e Infraestrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade; e Gabriel Fajardo, subsecretário de Mobilidade da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade.

Registro de Presença

O presidente – Gostaríamos de registrar as presenças dos Srs. Carlos Eduardo Leite, secretário municipal de Segurança e Trânsito, representando o prefeito de Nova Lima, João Marcelo Pereira; Arnaldo de Oliveira, prefeito municipal de Igarapé; Antônio Adôniso, prefeito municipal de Juatuba; e Felipe Gonçalves, prefeito municipal de Rio Acima.

Comunico que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia e pelo Portal da Assembleia na internet. Às cidadãs e aos cidadãos que nos acompanham a distância, informamos que poderão encaminhar os seus comentários e sugestões via formulário on-line do “Participe Agora”. Para isso basta acessar o link específico no Portal da Assembleia ou acionar o QR code disponível no canto inferior da tela aqui, da TV Assembleia.

Palavras do Sr. Fernando Marcato

Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia todos os senhores prefeitos que compõem esta Mesa.

Primeiramente, gostaria de me desculpar por não estar presente nesta tão importante reunião. Tive de me submeter a uma cirurgia em função de um problema oncológico. Atualmente, estou fazendo esse tratamento oncológico até o início de dezembro aqui, na cidade de São Paulo. Meus atendimentos têm sido remotos, portanto peço desculpas, mas agradeço, Sr. Presidente, por facultar a minha participação on-line.

Eu alinharei aqui uma breve apresentação para que possamos mostrar o andamento dos trabalhos relativos ao rodoanel e, ato contínuo, me colocar 100% à disposição das senhoras e dos senhores prefeitos para que possamos ouvi-los e entender as demandas das prefeituras.

Posso iniciar a apresentação?

Como não consigo ver qual slide está sendo apresentado para todos, vou me referir ao slide 1, 2 e 3 e, aí, pediria à assessoria da Casa que me ajudasse.

Vamos dar início, então, ao slide 2. Esse é um cronograma geral do projeto. O projeto tem início em dezembro de 2019, com a assinatura do termo de cooperação Movimento Brasil Competitivo. E os trabalhos se iniciam então, de fato, em fevereiro de 2020.

No que consistem esses trabalhos? Consistem nos trabalhos de engenharia, levantamentos topográficos, todos os levantamentos técnicos, definição de traçados alternativos, estudos econômicos financeiros, estudos jurídico. É um trabalho extenso, que tem sido realizado aí há mais de dois anos, portanto.

Em dezembro de 2020, então, conclui-se a modelagem do projeto inicial, ou seja, chega-se a um nível de maturidade para que ele possa ser submetido então às consultas em geral, com todos os atores envolvidos, para que possam ser discutidos. Essas consultas têm início no início de 2021, em janeiro.

Vou passar aqui quais foram as reuniões que nós tivemos. Tivemos um conjunto de audiências públicas e consultas públicas, iniciadas em fevereiro, um prazo então para estudos complementares a partir dos comentários recebidos na primeira consulta em audiências públicas. Abrimos agora, neste mês, uma nova consulta pública, com duas audiências sendo realizadas, além deste espaço, que, mais uma vez, eu gostaria de agradecer ao presidente por abrir, para que a gente possa debater este tema. Agora precisamos então, ao final do processo de consulta, analisar todos os comentários e aí, oportunamente, divulgar um cronograma do projeto, em função dos estudos complementares que terão de ser feitos.

De maneira geral, quais são os critérios que foram utilizados para tentativa de definição de um traçado? O primeiro deles está associado ao que a gente chama de maior benefício que o traçado pode gerar, agregando o maior número de veículos. Ou seja, qual é o objetivo do rodoanel? É evitar que os carros e caminhões circulem dentro da área metropolitana, da região metropolitana. Então o traçado tem a ver um pouco com isso também. Qual é o traçado ideal para que eu consiga capturar mais carros, sejam veículos que venham de fora do Estado, sejam veículos que circulem dentro da região metropolitana, que possam usar o anel como uma via expressa, sem interferências? Então esse é um primeiro estudo. É um estudo de demanda que é feito, um estudo complexo, um estudo que é feito. Obviamente, com o menor custo possível. Então tem de se tentar equilibrar as diversas dimensões, sejam custos de desapropriação, sejam custos de construção, sejam custos, ato contínuo, de operação.

Minimizar os impactos socioambientais: então o dilema de desenvolvimento e meio ambiente, utilizando aí os planos existentes, tanto os planos diretores municipais, como o PDDI, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, da região metropolitana. E, obviamente, promovendo fluxo rápido e seguro nesse sentido. Eu chamaria a atenção para o fato de que a obra ou o tipo de rodovia que vai ser construída, que se pretende construir com o rodoanel, é uma rodovia chamada passe zero, onde há uma exigência mínima de fluidez, onde há exigências mínimas de segurança, e, como a gente pode dizer aqui, de inclinação. Então eu não posso ter grandes subidas nem grandes descidas. Também os raios das curvas devem ser controlados, não podem ser muito agudos. Então essa escolha por uma rodovia de passe zero é fundamental e impacta a forma como o projeto é executado.

Também que seja o que a gente chama de uma rodovia com poucos acessos, uma rodovia com acessos controlados, por dois motivos. Um para evitar um adensamento, que é o que a gente vê acontecer em vias muitas vezes. O próprio anel viário de Belo Horizonte se tornou uma via que foi sendo adensada. Então você cria estratégias de engenharia para evitar esse tipo de adensamento. Com isso também, evitar muitos acessos à rodovia, o que faria com que a rodovia perdesse sua função de escoar a fluidez do trânsito. Então, são vias com acessos controlados, não é? Isso é um conceito de rodoanel. No Brasil, uma referência é o rodoanel de São Paulo. Nós também podemos discuti-lo depois se V. Exas. desejarem. Em outras partes do mundo, eles seguem essa mesma lógica.

Com relação à orçamentação – slide 4, por favor. Orçamentação do projeto. O projeto segue as orçamentações que são utilizadas em todos os projetos de infraestrutura hoje que estão sendo lançados não só no Estado de Minas como também no governo federal e em outros estados, com uma validação, uma aderência, inclusive, à tabela de preços do Estado, da Secretaria de Infraestrutura e do DER. Então, há uma convergência na tabela de preços do DER com os orçamentos do projeto. É importante que isso seja ressaltado. Os orçamentos seguem um padrão do Estado.

Escuta a municípios interessados. Como mencionei aqui, tivemos duas rodadas de consultas públicas. A primeira foi com 85 dias em que você disponibiliza todos os estudos num site, na internet – num site do BDMG – e aí, depois, realizamos, durante esse período, as audiências públicas. Infelizmente estávamos em época de onda roxa em alguns momentos, então tivemos que fazer audiências híbridas e abrimos essas novas audiências agora. Mas, para que pudéssemos também ter uma interlocução qualificada com todos os interessados, nós montamos uma força-tarefa para receber todos os interessados no projeto. Foram mais de 75 reuniões técnicas realizadas por mim ou pela minha equipe, quando nós ouvimos as pessoas, desde condomínios até entidades ambientais e prefeituras, e fizemos esse tipo de interlocução. Realizamos também um seminário de dois dias com entidades ambientais que nos

procuraram. Aspectos ambientais e sociais do rodoanel; esse foi um seminário on-line que foi realizado. Nós também podemos mostrar aí as conclusões.

Vamos passar agora para o próximo slide, que é o slide 6. Na primeira consulta pública, tivemos as audiências. Essas são as datas das audiências que foram realizadas: dias 26/2, 8/3, 11/3, 22/3 e 26/3/2021. Tivemos um problema na transmissão da audiência em Contagem e contamos com a presença da prefeita Marília. Então, fizemos aí. Por isso concluímos e estamos fazendo as outras audiências agora, mas sem prejuízo das reuniões que tivemos individualmente também com a Prefeitura de Contagem. Foram mais de 70 mil visitas ao nosso site desde fevereiro de 2021. Isso tudo consta e vai constar de relatórios que estão no processo disponíveis. Então, se V. Exas. entenderem conveniente, isso também pode ser disponibilizado sem nenhum problema.

E aqui a gente procura organizar quais foram as temáticas das contribuições; foram mais de 750 contribuições recebidas. Então, você tem também o acesso. Contribuições são 750; elas foram enviadas via e-mail, por manifestação presencial e mesmo nos chats das transmissões das audiências. Essas transmissões versaram principalmente sobre o traçado diretriz – 46% –, impacto ambiental e econômico-financeiro, projetos de engenharia, desapropriação e outros. Então aqui isso está organizado. Nós respondemos a essas 750 contribuições que estão disponíveis hoje para a consulta – uma grande planilha de Excel que fizemos e disponibilizamos –, mas, caso alguém tenha interesse em receber uma resposta específica ou tenha dificuldade de identificar a resposta no nosso site, estamos novamente 100% à disposição para prestar os esclarecimentos.

Em relação às audiências individuais, nós fizemos reuniões de alinhamento e ativamente buscamos as prefeituras que seriam beneficiadas pelo traçado. Essa foi uma linha de corte que fizemos. Aqueles municípios que teriam o traçado passando por dentro nós procuramos as prefeituras tanto antes do início da primeira consulta pública como depois, agora, na segunda consulta pública. E as reuniões de alinhamentos foram feitas com a sociedade civil. Também recebemos os potenciais licitantes no município e órgãos ambientais. Esse é o conjunto das 75 reuniões realizadas. Perdão, esse é o slide 8 e vamos passar para o slide 9. Espero que os senhores estejam nos acompanhando.

Bom, com relação aos primeiros alinhamentos com os municípios especificamente, temos aqui as datas, no slide 9, com as prefeituras que serão beneficiadas pelo anel, que terão o anel cortando os seus municípios. Então essas são as datas disponíveis, as reuniões que foram realizadas. Vamos seguir para o slide 10, por gentileza.

As segundas reuniões de alinhamento ocorreram agora, quando nós reabrimos o processo de consulta pública e fizemos as reuniões. Infelizmente, em função dessa minha questão de saúde, não pude participar de todas as reuniões, mas a equipe esteve presente. E novamente me coloco à disposição para as reuniões online até o início de dezembro. Se não, a partir de dezembro, estarei disponível para as reuniões presenciais.

Tivemos aqui um seminário com os ambientalistas, que nós chamamos assim: Articulação Metropolitana de Movimentos e Organizações Socioambientais. Foi um pedido que nos foi feito. Com um conjunto de representantes nós organizamos esse seminário, que foi procriado, na verdade, o programa foi montado em conjunto com a articulação metropolitana. E o seminário foi um evento virtual com transmissão ao vivo pelo YouTube, nos dias 20 e 21 de setembro. Aí estão os participantes do seminário.

Bom, vamos entrar aqui no tema da questão do traçado, não é? Durante a primeira etapa da consulta – essa que teve no princípio de fevereiro –, nós recebemos as 750 contribuições, mas, se eu pudesse resumir, há duas contribuições bastante importantes e de bastante mudança no projeto. As demais contribuições exigiram algum nível de mudança, mas não uma mudança tão intensa no projeto como essas duas demandas. Quais foram: a demanda que veio da associação, da Amda, e de algumas entidades ambientais, a fim de que se mudasse a Alça Sul prevista. Estou no slide 12 e espero que os senhores estejam acompanhando. Se os senhores virem o traçado original era essa alça cinza, que a gente está chamando de antiga alternativa 1C. E a proposta é que o novo traçado fosse a alça amarela. Só para deixar claro, esse pedido de traçado, inclusive, é um projeto que já existia no Dnit e que foi sugerido pelas entidades

ambientais para diminuir o impacto em Casa Branca. Inclusive, estivemos com o prefeito Avimar. Essa foi a época uma demanda que foi por vocês, que não passasse em Casa Branca.

Também havia uma questão relacionada ao Aquífero Cauê, havia questões relacionadas aí a potenciais impactos na Serra da Calçada. Então optou-se por trazer o traçado para mais próximo da região metropolitana, o que, inclusive, na lógica da captura de demanda, faz sentido. Esse é seu novo traçado. Ele tem uma necessidade de ajuste no Parque do Rola-Moça, na franja do Parque do Rola-Moça. Obviamente isso já foi estudado, e oportunamente será submetido, através das instâncias pertinentes, quando esse projeto for viabilizado. Então essa foi a grande mudança feita no traçado da Alça Sul. Foi acatado esse traçado, ele foi alterado e reestudado, porque não basta só você fazer a mudança do traçado no desenho, não é? Isso envolve todo um reestudo de custos, de sondagens, etc. Então esse traçado foi refeito.

E houve uma segunda demanda que veio justamente da Prefeitura de Betim. Na Prefeitura de Betim, nós nos reunimos, inicialmente – aí no slide 13 –, em 14/1/2021, com o prefeito Medioli. Ato contínuo, no slide 14, se os senhores puderem passar, o prefeito Medioli manifestou, na sua coluna em O Tempo, uma insatisfação com o risco; na verdade, o risco da travessia, e eu achei uma coisa muito bem escrita. E – no slide 15 – o prefeito Medioli, no dia 22 de fevereiro, ou logo em seguida, me fez um convite para que pudéssemos nos assentar e conhecer uma nova proposta que viesse do prefeito; isso foi no dia 22 de fevereiro.

Vamos para o slide 16: no dia 25 de fevereiro, o então secretário de Planejamento e eu estivemos com o prefeito Medioli e tivemos a oportunidade de conhecer esse novo traçado, essa proposta de novo traçado da Prefeitura de Betim. Recebemos o que a gente chama de KMZ, o desenho do traçado georreferenciado, no dia 1º de março, o primeiro traçado sugerido por Betim; recebemos da Sra. Marinésia, que é da Ecos – Transbetim.

Estamos já no slide 17, e espero que os senhores estejam acompanhando. O próximo slide é o 18, e os senhores poderão ver que o traçado diretriz é o azul, e o traçado inicial, primeiro traçado proposto por Betim, é o roxo. Ele passa ali – os senhores podem olhar –, logo acima da represa da Vargem das Flores, não é? Esse foi o traçado que nos foi fornecido, e depois ele conecta de volta, e os dois traçados passam a ser coincidentes com a Alça Norte. Então, essa barriga é feita nesse primeiro traçado de 1º de março. No dia 17 de março, tivemos reunião com o Marco Túlio, secretário de Ordenamento Territorial e Habitação de Betim; e outra no dia 29 de março, com o foco específico para a discussão dos impactos ambientais desse novo traçado proposto para Vargem das Flores – isso foi em 29 de março.

Nós fizemos essa análise, da mesma forma que analisamos o traçado da Alça Sul – não é? –, que veio dos ambientalistas, e infelizmente a conclusão foi a de que o traçado teria uma extensão maior, ou seja, haveria um custo de engenharia maior; a captura de demanda também não se beneficiava disso. A questão da desapropriação, ainda que haja uma redução, não é suficiente, ou seja, é uma redução que não se justificou dentro da matriz multicritérios que nós adotamos para justificar esse traçado. Mas a grande preocupação foi, de fato, a do meio ambiente, porque esse primeiro traçado cruzava Vargem das Flores ao meio, passando a montante ali da represa, e esse traçado, inclusive, não estava considerado no PDDI – com relação à Vargem das Flores –, o que, no traçado diretriz, está considerado.

Então, essa foi, infelizmente, não é... O nosso objetivo é a orientação. Nós dedicamos tempo e recursos para que pudéssemos fazer esse estudo, mas infelizmente não foi possível atender essa demanda. O secretário Igor se reuniu com o prefeito Medioli no dia 13 de outubro para informar sobre a inviabilidade, e, no dia 26 de outubro, nós lançamos então a nova consulta, por mais 30 dias, e a aí a Prefeitura de Betim nos apresentou esse novo traçado; aliás, não nos apresentou, na verdade, ela fez um evento com municípios no dia 4/11, de que nós não participamos. No dia 9 de novembro, então, nós recebemos da Prefeitura de Betim esse novo traçado, não é? E é esse novo traçado que eu vou mostrar no slide 22 e que nós estamos atualmente estudando.

Vejam aqui, se os senhores puderem, os três traçados. Então, temos o traçado azul, que é o nosso referencial, o diretriz, já com a alteração da Alça Sul. Temos o traçado roxo, que era a primeira proposta de Betim, que cruzava ali na Várzea das Flores, e

temos o segundo traçado que coincide, na verdade... A Alça Sul retorna ao traçado original que tínhamos apresentado e que foi alterado e, então, de alguma forma, passa próximo a Casa Branca, ainda com alguns ajustes, mas, na medida em que vamos detalhando, em função dessa questão do relevo e das curvas, é preciso ver se ele vai se aproximar muito de Casa Branca ou não, ainda que num primeiro desenho aparentemente não. Ele passa dentro, integralmente, uma parte no meio do Parque do Rola-Moça. Então, teria que verificar uma grande desafetação aí ou alguma forma de fazer isso; e se aproxima bastante ali da Serra da Calçada. Esse é o traçado amarelo. Aí a diferença, que é ali na altura do Icaivera mais ou menos, é que o traçado segue para norte, saindo completamente da Bacia da Vargem das Flores e conectando-se lá em cima, em Ribeirão das Neves.

Então, essa é a nova proposta que nos foi entregue no dia 9 de novembro até agora. Obviamente, já iniciamos o estudo dessa proposta, e o objetivo é que possamos fazê-la da mesma forma que fizemos as demais propostas. Então, tivemos aí lá de 23 a conversa já no dia 5 de novembro com o prefeito de Betim novamente. Já tivemos reuniões também com o secretário de Contagem. Tivemos lá duas reuniões. Chegamos, então, a esse ponto.

Vamos passar para o slide 24 só para que eu possa encerrar a minha fala aqui. Só lembrando que esse é o processo que conduzimos e pretendemos continuar conduzindo da melhor forma possível.

Mais uma vez, presidente, colocamo-nos à disposição desta Casa para o que se fizer necessário e para prestar todos os esclarecimentos. O.K.? Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Sr. Vittorio Medioli

Bom dia a todos. Faço um agradecimento especial ao presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus, por permitir que, num ambiente confortável, amplo, imparcial, possa ser realizada uma audiência pública que visa, essencialmente, ao interesse público, ao interesse da população, que possa levar, afinal, essa obra do rodoanel a ser uma grande realização há muito tempo esperada pela população da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Início dizendo que é lamentável chegar a uma audiência pública para tentar resolver problemas que se arrastam já há alguns meses com uma evidente e marcante atitude que contraria o interesse público e popular, isso mantido pela Secretaria de Infraestrutura – Seinfra. Digo isso lamentavelmente porque nós, como prefeitos, como cidadãos, como pessoas interessadas no desenvolvimento de Minas Gerais, com compromisso com a ética e com a moralidade, sempre ajudamos o governo. Até nos piores momentos pelos quais passou este governo e o atual governador, nós sempre estivemos alinhados para encontrar soluções, apontar algumas sugestões, para que na realidade Minas Gerais possa crescer, possa ter a garantia de um futuro melhor.

Em todo esse projeto aqui, nós começamos acreditando na boa fé, na vontade de participar informações, enquanto a cada dia aparecem mais interesses definidos em fazer um grande negócio para grupos econômicos; pior, para grupos econômicos que já destruíram o Brasil, que já destruíram a Cemig e outras estatais e que aparecem... Sempre que há um grande negócio, é deles. Nós não temos nada contra em termos de que empresas, de maneira honesta e clara, apresentem sugestões, mas o caso aqui é um rastro histórico de 50 anos de desgraças que Minas Gerais suporta em face à infiltração, à detenção do poder desses grupos.

Mas aqui é necessário dizer tudo isso, porque aparece inclusive a maldade com que são feitas as críticas à nossa boa vontade, à transparência, à vontade de colaborar para que haja uma solução definitiva, ética, proveitosa, para que Minas Gerais, que é subjugada a essa escravidão, a essa escravidão marcante por esses grupos econômicos, possa ser libertada. O atual governo, que se define novo e veio para quebrar os vícios do passado, para traçar novas linhas de condução, infelizmente, digamos ingenuamente, eu não quero colocar má-fé, entra numa situação que indica o contrário daquilo que alardeou no seu começo e na campanha eleitoral.

Veja só, eu recebo também, na hora de começar meu pronunciamento, uma análise feita pelo próprio governo. Veja como age este governo, esta secretaria. Um preâmbulo, aqui no cronograma geral do projeto, como estampado. Dezembro de 2019, termos

de cooperação técnica com MBC – Movimento Brasil Competitivo. Bom, que o Movimento Brasil Competitivo possa vir a colaborar em melhoria de gestão e sugerir algumas soluções, mas privatiza-se, terceiriza-se tudo aquilo que o Estado deveria fazer. O Brasil Competitivo contratou duas empresas: a Century, maior empresa do mundo, em viabilização e em rentabilização de negócios. Ou seja, você quer melhorar os seus negócios, contrate a Century, que ela transforma água em vinho. Entenderam? Isso é suspeito, porque aqui nós temos uma obra, não é um negócio, não é uma concessão. Nós temos uma obra a se fazer no Estado. Não é fazer negócio de concessão.

Então, primeiro, teria que vir a obra, o interesse da população – interesse difuso – para balizar todo esse grande projeto, que terá um impacto fabuloso, se for bem conduzido, no desenvolvimento de Minas Gerais e na equalização de problemas de mobilidade urbana que estão transformando a região metropolitana num gueto e destruindo a capacidade de crescimento de acompanhar aquilo que é... Quando eu digo crescimento, significa geração de emprego e de oportunidade; melhoria de vida, melhoria de receitas públicas, de PIB, de salários e tudo mais. Esse projeto terá um impacto nisso. Em todos os estudos, não há nenhuma consideração naquilo que deveria ter um projeto público, que seria o bem-estar da população; só cálculos de pedágio. Outra: cálculos de pedágio que são mascarados sem finalizar a conta verdadeira.

Nós teríamos que ter, caro presidente, algumas honras porque é uma coisa extremamente complexa, sofisticada; tem por trás a Century(?), empresa que alardeia um faturamento de US\$39.600.000.000,00, maior empresa no mundo em rentabilização de negócio, que montou tudo isso; e o Estado recebe essa empresa para rentabilizar negócio – isso é de se estranhar: a Systra para montar o projeto. Quem que é a Systra? É a segunda maior empresa do mundo de engenharia e geração de projetos. É controlada por quem? Pela RATP, empresa francesa que é a maior concessionária de obras de infraestrutura pública do planeta. Portanto, nós estamos com dois gigantes: um para rentabilizar e outro para amoldar um negócio de concessões públicas quando, na realidade, nós tratamos de obras públicas. A obra pública tem que atender a população, resolver os problemas que ela tem e não transformar em um inferno as regiões metropolitanas. Então é descartado porque todo esse sistema... Entre os preceitos que supostamente, ou melhor, as preocupações que se colocam em relação a essas empresas, teria aquela de não impactar nas áreas mais densamente povoadas. Esse é o preceito número um porque nós estamos tratando de um rodoanel, e não de um infra-anel; não passando no meio de uma cidade, mas contornando-a.

Entretanto eu gostaria de mostrar aí, como vocês estão vendo, os traçados que foram propostos. São contra também vários tipos de lógicas.

Não sei se... Isso não gera, não marca, infelizmente, marca na parede, mas não chega aí. (– Intervenção fora do microfone.) Mas olhem: o traçado azul é aquele proposto pelo... Como vocês veem, há um traçado todo torto. Em vez de ter um sentido lógico, que é um anel, ele vai buscando vários pontos. Qual é a lógica? Depois vocês vão ver. Nós vamos mostrar algumas lâminas que mostram e comprovam exatamente essa lógica. Eu não sou um engenheiro de trânsito, não sou um engenheiro assim, mas tenho larga experiência de sustentabilidade e, como prefeito, aprendi também várias coisas que ainda a minha vida, a minha experiência não me davam.

Mas o trajeto proposto é aquele azul, que pega praticamente lá da Mutuca, desce Ibirité e segue. Vejam vocês, por que todo esse trajeto, que não tem uma lógica, digamos, de rodoanel? Esse é dito de infra-anel. O infra-anel atravessa a região metropolitana. Aí vocês podem ver que corta, também corta em Contagem a APA Vargem das Flores.

Na apresentação perversa, que agora distribuí a Seinfra aqui dentro (– Risos.), fala o seguinte: que a nossa proposta, a proposta que nós apresentamos, que não toca nem um milímetro da APA Vargem das Flores, estaria interferido em 18km. Não tem um milímetro. Mas eles aqui, sempre de maneira obscura, porque todas as coisas chegam de maneira obscura e não transparente. E nós nunca fomos realmente chamados para uma conversa, provocados em situações constrangedoras em audiências públicas. Na última,

imaginem, no 11º andar do DER, numa sala extremamente desconfortável, sem ventilação, com 200 pessoas. A Seinfra organizou uma audiência com um único microfone. Aí fala que eu o quebrei o microfone.

Primeiro, havia dois microfones; nós temos testemunhas. Isso vai para a delegacia de polícia. Havia dois microfones e um pedestal para o terceiro. Sobrou só um. Comecei a falar e, aos poucos, havia falhas, eu perdia meia palavra, depois aumentou e eu perdia a palavra inteira, depois perdia duas ou três palavras, porque provavelmente as pilhas estavam descarregadas. Já começa uma audiência pública séria, a última, e lhe dão um microfone desse. Pedi gentilmente que trocassem o microfone, e falaram que só tinham um microfone. Essa que é a organização. Nós damos nas mãos da Seinfra, de uma secretária que tem por trás empresas bilionárias, com microfone velho e descarregado que impede, depois de 5 minutos de ter começado uma explanação de extrema importância, não funciona e nos impede de falar. Dizem que só tem um microfone, mas que já não funciona. É essa a seriedade, é a moralidade, é a transparência, que são preceitos básicos que a Seinfra adota. Isso aí não podemos esconder debaixo da gaveta.

Outra, constantes sabotagens em audiências. A prefeita de Contagem, Marília Campos, sofreu isso. Quando foi feita outra audiência pública – o presidente sabe –, fui o único que tinha o canal desligado para falar. Nós temos um equipamento em Betim de primeiro mundo, porque fazemos audiências e conferências constantes que mostra onde é que está o defeito. O defeito é que alguém aqui dentro, não sei quem – aqui é um amplo espaço – desliga o nosso canal para falar.

Quando foram a Betim, nós tínhamos todo o projeto alternativo para mostrar. Conversei com a subsecretária Mônica Sales e lhe disse: “Olha, muito bom. Depois de sua apresentação gostaria de mostrar o nosso”. “Não pode, porque o nosso sistema não aceita um pendrive.” Essa foi a questão. Ora, quem é que fez a apresentação do projeto? Essas coisas são muito importantes.

Desculpem-me delongar, mas se trata da maior obra de todos os tempos da região metropolitana, que vai impactar 5 milhões de pessoas e, ainda mais, vai ser o maior investimento já realizado em Minas Gerais. Investimento que poderia ser realizado através de todas as verbas de compensações da Vale do Rio Doce, portanto não falta dinheiro para se fazer obra. E, pelas análises que nós fizemos, a obra dá para ser feita com R\$3.000.000.000,00 no nosso traçado. Agora, da maneira como são apresentadas, as conclusões do governo, que fala de R\$5.000.000.000,00, são também sempre muito aleatórias, não são corretas; eles mudam o traçado, e o custo continua o mesmo; cortam 10km, e o custo permanece o mesmo, portanto não somos apenas nós que não temos uma base sólida, mas fizemos...

A Prefeitura de Betim fez todo o levantamento aerofotogramétrico, através de drones, do percurso, portanto há uma análise bem detalhada. A Seinfra não fez nada. A MBC contratou a Century(?) e a Systra para apresentar um projeto, empresas líderes mundiais nisso, mas a Systra é controlada pela RATP, maior empresa do mundo de concessões públicas, e a RATP é sócia da CCR, da Odebrecht e de inúmeras outras empreiteiras, em concessões que foram viabilizadas por estudos da Systra. Bom, se você terceiriza uma análise para empresas que têm o interesse, ou que têm laços de sociedade com concessionárias, isso é suspeito. Deveria haver um compromisso de absoluta transparência, coisa que não há.

Por favor, passe para outro. Volte ao das fotos dos viadutos. Aqui vocês têm duas propostas. O Estado propõe o rodoanel com duas faixas de rolamento e uma de acostamento; na nossa proposta são três pistas mais acostamento, porque é inacreditável imaginar que um rodoanel com duas pistas possa funcionar, ou seja, não vai servir a nada, vai servir para diminuir os custos da obra, mas não vai resolver o problema nosso, portanto isso aí é muito grave.

Esse mostra a proposta da Seinfra. Vejam como são projetados os viadutos. Essa é a maquete dos viadutos. Os viadutos não têm espaço para ampliação de pistas, portanto condenam ainda a região metropolitana a ficar como uma região de segunda categoria, porque imaginem um rodoanel com esse formato? Essa é uma foto publicada pelo Estado e está dentro das apresentações que eles fazem.

Vamos em frente. Essa aqui é, a meu ver, a coisa pior de todas, porque aí vemos uma comparação... Ah, não, essa é a calculada pela Systra e pela Century(?): tarifa média – R\$0,35 por quilômetro-eixo, ou seja, um veículo que tiver... Para o veículo leve

é considerado R\$0,35 por quilômetro. Um veículo que tiver nove eixos – o chamado bitrem – pagaria R\$3,15 por quilômetro rodado; atravessaria a região metropolitana, o rodoanel, com R\$315,00. Na Fernão Dias, o custo quilômetro por eixo, que é o parâmetro adotado, é simplesmente 11 vezes menor. Olhem lá em cima São Paulo-Belo Horizonte ou Belo Horizonte-São Paulo tanto faz, paga-se R\$0,033 por quilômetro. No rodoanel, R\$0,35, quase 11 vezes a mais.

Voltando à primeira lâmina, há números que não permitem dizer. Bom, quanto é que se vai faturar em um ano? Você tem lá as contas. Vamos ver. Traçado baseado em concessões e pedágio. A tarifa colocada na apresentação da Seinfra, que depois é da Systra, é R\$0,35 por eixo. O número de eixos-médio, ou seja, a média de todos os veículos que transitam é 4,3. Volume diário de tráfego: 32 mil. Seriam 16 mil num sentido e 16 mil no outro. Extensão do rodoanel: 100,65km. Recursos da Vale: R\$3.000.000.000,00 e o concessionário colocaria mais R\$2.000.000.000,00 para um custo previsto de R\$5.097.000.000,00. Nas contas deles, que não apresentam, porque deixam truncados só com números jogados aí, na fórmula, dá R\$1.769.000.000,00 anuais, R\$4.847.000,00 por dia. O investimento da concessão são R\$2.000.000.000,00, ou seja, em 14 meses paga-se todo o investimento de uma concessão de 30 anos.

Outra questão, os 32 mil veículos parecem subestimados. Há quem diga, e há estudos, que pode ser no primeiro ano, mas há um crescimento constante e também há vários engenheiros de trânsito que não são da Systra, mas que são de Minas Gerais, que calculam número bem maior de veículos do que esse, chegam alguns a dizer que poderia ser o dobro já no começo. Se for o dobro, esse R\$1.769.000.000,00 vai para R\$3.500.000.000,00. Agora, pagar um investimento que tem um aporte de R\$3.000.000.000,00 do Estado, via Vale, e apenas R\$2.000.000.000,00 da concessionária... E olhe lá porque esses R\$2.000.000.000,00 da concessionária, a nosso ver, são inúteis, porque com R\$3.000.000.000,00 se faz todo o projeto. Não há transparência na montagem dos custos. Destrinchando-o, chegamos a valores unitários que chegam a ser 80% superiores àqueles que a própria Seinfra adota.

Agora, em todo esse processo, também lamentamos, temos aqui o estimado subsecretário Fajardo, que é advogado; Marcato, que é advogado; Barcelos, que é advogado; Mônica Sales é advogada. Eles não sabem nada de infraestrutura ou não se importam com ela.

Agora, a rentabilização é via pedágio. E por que, naquela conta aqui também, não estão devidamente estimados, ou estão mascarados, os números da captura do trânsito local, chamada tecnicamente de exploração do tráfego local? Um infra-anel ou uma travessia de área densamente povoada, sem ligações, é um muro de Berlim. Ou você mora de um lado, ou mora do outro. Se você quiser passar para o outro, vai ter de pagar pedágio. Isso não está devidamente calculado. Isso capta só o trânsito interestadual ou pelo menos sinaliza isso, porque os números não têm transparência, tendem a mostrar a necessidade do rodoanel. Temos de fazer rodoanel. Nós queremos saber... Não interessa por onde passa. Essa é a expressão do Estado.

Agora, no afogadilho, é entregar um presente à concessionária, que pagou o projeto, pagou todos os estudos, a modelagem. Depois todos os cargos de confiança marcados pelo Estado, colocados pelo Estado têm ligações anteriores e posteriores ao cargo público. A gente aqui não quer dizer que são desonestos, mas se viveram já 10 anos contratados por concessionária, ou saem no afogadilho para irem trabalhar na ABCR, que é a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovia... Tudo tem esse foco. Agora nós, como gestores públicos, votados pela população, prefeitos, vereadores que estão aqui presentes, e parabênzo também a preocupação deles, temos contato com a população. Aqui se trata de uma obra pública, não de uma concessão privada.

Por que não colocam as fórmulas corretas de quanto vai dar? Hoje há também críticas feitas por vários engenheiros de R\$0,35 por quilômetro. É um absurdo. É três vezes maior que a de maior valor hoje. Isso é muito alarmante, porque todo projeto foi feito para inviabilizar o trânsito ou dificultar, e o trânsito local chegar aí e parar. Esses absurdos vão encher os cofres das empreiteiras. Quem são essas empreiteiras interessadas? Peguem a lista da Lava Jato, de cima para baixo, no ranking. São só elas.

O Brasil já não pagou tão caro por essa desgraça? Nós perdemos anos e anos. Vejam a Cemig. Tendo a passagem de uma grande empreiteira, líder de falcatura na Lava Jato, está amargando aí uma dívida de R\$26.000.000.000,00. Todos os negócios

apresentados como esse... Inclusive a Assembleia deveria investigar a compra da Cemig, da participação da Andrade Gutierrez na Usina Santo Antônio. Aí você vai ver a sofisticação de, no afogadilho, fazer esse tipo de compra, uma empresa que hoje tem um patrimônio negativo de R\$18.000.000.000,00. E já caminharam para isso. Foram pagos os R\$860.000.000,00. Cito isso porque nós temos de prestar atenção.

Não estamos tratando com uma associação filantrópica ou com alguém que passou pelas urnas, tendo um compromisso de representatividade.

Bom, são inúmeras as coisas alarmantes. Você falar assim... Agora eu acho... Vou levar isso para casa porque isso vai ser prova que distribuíram aqui de como é que se adultera. Depois, na última hora, se joga assim, não é? Eu estava abrindo para o microfone e ainda abri... Só que gravei também na cabeça isso. Um grave problema também... Nós apresentamos tempestivamente, lá em fevereiro, um traçado, que, depois, foi modificado na parte de Contagem. Por quê? Vejam aí: o projeto da azul corta 13km de Contagem – todos dentro da APA Vargem das Flores. Nós tínhamos feito um projeto alternativo que diminuía o impacto para 8km; e aqui, no estudo, que é literalmente um absurdo – não veem que estão perdidos –, colocam que jogamos uma interferência de 18km – eram 8, e juntaram 10. Vá para aquelas lâminas – inclusive, do nosso projeto, porque isso já está aqui na delegacia de polícia para ser investigado – comparando o projeto que nós apresentamos e o desvio que foi feito no projeto. Vá lá! Não, não. Mas para aquelas lâminas que têm na... Volte um pouquinho. Olhe, alegaram que o nosso projeto tem 11 ou 13 pontos de interferência. Vá para a lâmina das interferências. O projeto do Estado tem 65 pontos de interferências, ou seja, impacta em estruturas já existentes. Isso eles não falam; não falam que há 13km de Vargem das Flores. Quer dizer, tudo o que tem de problemático não falam, é a rentabilização do pedágio. Vá ao nosso projeto naquela comparação. Olhe, aqui está um exemplo de como também foram criadas ou fraudadas interferências no projeto que nós apresentamos. Isso aí é trabalho da equipe da Seinfra; está terceirizado; a Systra e a Century(?): uma rentabiliza o negócio, e outra abre as portas para as concessionárias.

Volte para aquele lá. Retorne. Isso aí. Aqui é Citrolândia. O nosso traçado, que corta a 381, em Citrolândia, é aquele em amarelo. Agora eles colocam esse roxo, que passa em cima da bacia de detenção de Citrolândia; enquanto não passa acima, é afastado cerca de 100m, que é mais do que suficiente, e não interfere. Também lá há um grande depósito de entulhos; e, do outro lado, uma outra bacia de contenção. O nosso deixamos de fora; eles jogam dentro. Esse aqui foi feito por alguém mal-intencionado. Se você apresenta um projeto, ele desvia lá em cima.

Vá para a próxima lâmina. Aquela amarela fica bem distante do Ceresp – cadeia pública que está em Betim. Aí, eles criam uma linha que tangencia praticamente – entra no barranco do Ceresp, o que significa que vai desmontar o Ceresp. Isso é grave interferência, anotada no estudo deles. Nós apresentamos um projeto que não tem interferência; se adultera, tem interferência. Veja aqui, na travessia mais complexa de Betim, aquela, que poderia impactar com áreas habitacionais, amarela. Jogam para fazer passar em cima de uma escola. Esse aí não é... Quer dizer, é uma mudança de traçado. O nosso traçado está correto; eles colocam o errado.

Esse estudo aqui foi divulgado agora, faz um pouco mais de uma semana. Havia uma crítica de que o nosso trajeto não funciona, porque tem não se sabia o quê. A análise já existia e foi jogada dentro da internet. Não sei como, mas na última hora. Como essa aqui também, na última hora. Você não está preparado. Depois tem que fazer ações de última hora para poder contestar o que eles fazem. Essa transparência. Depois de seis meses que estava pronto, porque nós entregamos em fevereiro, em 15 de novembro é que foi publicado esse relatório na internet. Nós fizemos uma análise em 3 dias e captamos tudo isso.

Agora, depois de todo esse estudo também, vejam o que acontece – isso aí também é muito preocupante –, porque não há um paralelo entre os dois traçados. Há só uma crítica ao nosso traçado. É claro que num traçado como esse há alguma coisa que tem que ser compensada, mas, em termos, não há uma crítica. Depurada a análise do nosso traçado, teremos cerca de meia dúzia de interferências; no do Estado tem 65, ou seja, 10 vezes mais – mas isso não importa. Atravessam a APA Vargem das Flores. Falaram que fizeram reuniões com ambientalistas, gastaram 30% do tempo em reuniões com ambientalistas, 32% com interessados na licitação

e 28% com os municípios. Ai publicam uma foto que foram lá, na época. O.K., nós recebemos, nós abrimos a possibilidade de um diálogo, mas como é que foi conduzido? Foi dessa forma: não tinha palavra, o estonteiam com essas... Enquanto você vai de boa-fé, de coração aberto, para encontrar o que é melhor para o Estado e para a população, eles colocam por trás pessoas criando confusão. É muito lamentável tudo isso.

Eu teria várias outras coisas para falar, mas não é em uma audiência pública que se resolve alguma coisa. Seria com diálogo, mas não um diálogo em que se coloca gente de terceiro ou quarto escalão do governo para fazer você perder tempo, dar um tapinha nas costas e diz: “Ah, não, não. Fale com eles”. Isso aqui é a maior obra de todos os tempos na região metropolitana, isso aqui é o primeiro escalão que tem que tratar. É o primeiro escalão, mas não tem que sair no afogadilho para defender os seus representantes, mas para pedir uma ação administrativa de fiscalização daquilo que os seus representantes do governo fazem. E eu boto a mão no fogo. Espere lá. O negócio não é rentabilização de um projeto. Nós temos que resolver os problemas da população com inteligência, amenizar todos os impactos e garantir o futuro de Minas.

Aqui há críticas que não foram respondidas até hoje de pessoas que entendem muito de rodoviarismo. Há 13 questões que nunca foram respondidas. Há superficialidade em toda a apresentação do governo. Superficialidade porque, como vimos, não finaliza as contas, omite uma série de outras questões e entrega no último segundo, na bacia das almas, os estudos feitos. Depois temos conflito de tráfego. O anel tem que capturar – não se chama de rodoanel, esse é o infra-anel – a BR-262, a BR-381 e a BR-040 e desviá-las do trânsito urbano. No caso de Betim, no mapa você vê que a BR-381 e a BR-262, que o nosso trajeto capta, evitando-se que entrem dentro... “Ah, não, tem que atravessar Betim para buscar o rodoanel no meio da cidade.”

Uma outra questão gravíssima: nós estamos aqui para rentabilizar o negócio, não é para resolver problema como o de Brumadinho, de Ibitiré, que não têm hoje uma ligação. Todo esse dinheiro, R\$37.000.000.000,00, deveria ser investido integralmente na Bacia do Paraopeba, não é? Porque a devastada foi a Bacia do Paraopeba. Entretanto, foi uma indenização vultosa que podia atender também a muitos outros municípios, mas sequer se prevê o estudo para resolver a mobilidade da região metropolitana. Em qualquer capital que você vá, verá que houve grandes obras, investimentos vultosos. Agora, Brumadinho, que teve 272 vítimas fatais...

Betim, dentro do Vale do Paraopeba representa quase 50% da população; nós temos 450 milhões de habitantes, e o Vale do Paraopeba tem 1 milhão e pouquinho. Não há nenhuma consideração para essa cidade, nenhuma. Nós, com o dinheiro bem gasto, poderíamos fazer obra também de ligação da BR-381 até Brumadinho, orçada em R\$320.000.000,00; a ligação da Mutuca até Ibitiré, orçada em R\$180.000.000,00. Nós temos pré-projetos já orçados. Quanto a isso aí, não há nenhuma preocupação, nenhuma. A obra sugerida pelo Estado vem precarizar a qualidade de vida: um muro de Berlim; distâncias que eram de 200m vão nos obrigar a dar voltas de até 10km, 15km. Como é que nós vamos reequilibrar o transporte urbano, interrompendo e criando apenas duas transposições em 17km? Por que duas transposições? Para obrigar você a entrar no rodoanel e pagar pedágio, um pedágio que é 11 vezes mais caro que o da Fernão Dias. Toda lógica é essa.

Agora, infelizmente, o corpo técnico da secretaria e os engenheiros de tráfego não são consultados. Desmancharam isso e fizeram uma privatização da Seinfra para atender os bons negócios dessas empresas. É muito difícil para mim, sabem, dar um testemunho pessoal e enfrentar essa máquina de nos deixar loucos, essa máquina perversa que hoje é a secretaria de Estado. O que eu afirmo também me disponho a comprovar, ou seja, quanto ao que estou dizendo, me chamem, que vou mostrar por A mais B. Nós estamos bem documentados. Há todas essas conexões ditas aleatórias; entrevistam o governador, e ele diz que são conexões aleatórias. Fique atento, governador: de aleatório, não há nada. Há muita coisa sofisticada, complexa que precisa ser colocada em uma mesa onde as pessoas olhem o interesse público e não o dessas empresas. Nunca se viu e custa-nos acreditar que possa se ver um processo de rodoanel conduzido pelos interesses apenas do pedágio. E você vê que, nas explicações, tudo é pedágio, pedágio, rentabilização, pedágio, rentabilização, porque hoje os profissionais que estão à frente são exatamente gente que trabalhou antes

dando suporte a operações de concessões públicas. Esse contrato é para quê? Para fazer o melhor negócio do mundo. Agora, há um grave desequilíbrio em tudo isso, e está na hora de colocar em ordem essa questão.

Sugiro, para finalizar, presidente, que haja um prazo para auditar o projeto. Como demonstrei, não são apenas indícios.

Falam: “Ah, não, porque os ambientalistas reclamam”. Temos 13km no projeto deles que cortam uma APA. Os ambientalistas concordaram que a segurança hídrica de Betim e Belo Horizonte, que está na Vargem das Flores, seja tratada dessa maneira? Hoje já convivemos com problemas hídricos na região. Muitos bairros estão sem água. A água depende da Vargem das Flores, especialmente da Vargem das Flores.

Portanto, que se faça uma perícia primeiro desse projeto, porque não se podem admitir, dentro do setor público, manipulações, falseamento de informações e também informações que não são colocadas de forma transparente. É só pegar alguns técnicos e periciar todo o estudo para ver como os números se encaixam. Se eu falo, dizem que sou político, que estou interessado em ganhar dinheiro com isso. Mandam nas redes sociais. Olhe, dinheiro já ganhei suficiente para viver mais 10 vidas. (– Manifestação nas galerias.) Estou numa missão, talvez a última na minha vida, de fazer o bem. Pegamos uma cidade com R\$2.000.000.000,00, e hoje a dívida de Betim praticamente está zerada. Temos 280 obras sem recursos públicos. Entramos com uma ação contra a Andrade Gutierrez, que, numa fraude deslavada, pretendia R\$500.000.000,00 do município, o que arrebentaria com o município. Não recebo salário. Abdi quei dele. Estou numa missão, a última. Podem fazer o que quiserem comigo. Acho que vou deixar um legado de decência, de honestidade, de como pode se recuperar, dar as costas a esse sistema. Implantaram no Brasil uma corrupção que hoje é considerado o maior caso de corrupção de todos os tempos. É alimentada exatamente por quem? Agora, são conexões aleatórias tudo isso? Acho que é o governo. Lembro-me de Itamar Franco. Quando havia uma suspeita, afastava o seu secretário, colocava um processo administrativo para dissecar todas as denúncias. Depois, se as denúncias eram vazias, voltava. Agora, não falo de quaisquer denúncias, de *fake news*, falo de questões extremamente importantes, questões que tocam o interesse da população. Construir esse Muro de Berlim? Quem construiu uma casa perto da família, perto de familiares vai ser jogado fora. Aqui os pressupostos disso são evitar regiões densamente populosas. O projeto que eles aceitam é devastar. Em Betim são 20 bairros. Querem desestruturar toda a cidade, querem refazer todas as drenagens, rede de esgoto, distribuição de água, de energia elétrica. Deixar também, como disse numa conversa que tivemos antes de entrar, regiões, como é a Favela do Alemão, no Rio, ilhadas do resto do mundo. Há só uma entrada. Isso aí vai gerar em Betim, em Contagem isso. Vão jogar regiões totalmente desamparadas.

Mas, olhem, agradeço muito. Desculpem-me por ter me alongado, mas essa é realmente a primeira oportunidade. Agradeço demais à Assembleia, a todos os deputados aqui presentes; aos prefeitos, que esqueci de citar no começo, como o Alexandre Kalil, da capital, a Marília Campos, e todos os demais aqui presentes. Lembro-me de Igarapé, de Brumadinho e de outras cidades que estão aí. Nós não estamos aqui para explorar politicamente nenhuma dessas oportunidades, mas para defender o interesse público. Ele tem de prevalecer. Muito obrigado. Fiquem com Deus.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Sr. Alexandre Kalil

Sr. Presidente, obrigado pelo convite para estar presente aqui, na Casa; prefeita Marília, prefeito Vittorio, prefeitos aqui presentes, vereadores, deputados. Muito obrigado mais uma vez pelo convite.

Vou-me dirigir ao secretário Fernando Marcato, a quem eu desejo um bom restabelecimento, de todo coração. É um rapaz jovem, que estou vendo. Eu não o conhecia. Vai dar tudo certo. Deus é muito bom. Nós desejamos saúde para todos.

Secretário, quando o senhor disse que o prefeito de Belo Horizonte não entendia de obras, que não sabia sobre obra rodoviária, eu prestei bastante atenção na época e procurei saber em que obra o senhor trabalhou. Aí fiquei sabendo que o senhor era advogado. É o seguinte: quando o senhor vai para São Paulo e passa na 381, que está privatizada, está privatizada a 381, o Lote 13 é aquela maravilha. O contorno de Careçu, de Pouso Alegre fui eu que fiz. Então é o modelo a seguir.

Eu vou ser bem breve e didático. Nós não estamos falando aqui em metodologia de se fazer uma privatização. Eu não sei se intencionalmente, mas o que foi falado agora pelo prefeito de Betim é estarrecedor, principalmente quando diz que pode provar. Aí é mais estarrecedor ainda. A metodologia, gente, para ser bem didático, está errada. Nós não estamos falando aqui nem em projeto primitivo. Nem em primitivo nós estamos falando. Nós estamos falando aqui em traçado. Nós estamos discutindo o traçado, e já estão falando no valor do pedágio. Gente, é só copiar o que foi feito na principal rodovia privatizada de Minas Gerais, que é a BR-381. É projeto, anteprojeto, projeto, detalhamento de projeto, planilha de custo. Depois, a privatização.

Essa mistura é que parece ser interessante, porque é a contabilidade bagunçada o que estamos assistindo em Minas Gerais. É a contabilidade bagunçada. Ninguém quer organizar porque, se a Secretaria de Infraestrutura não tem ninguém, porque não tem... Eu não vou perguntar para o secretário, para o subsecretário o que é um pavimento invertido, o que é um biden hill(?), o que é o caimento de ábaco, porque ele não sabe, porque ele não sabe. Eu não tenho a quem me dirigir, porque o projeto de verdade está guardado, gente. O projeto de verdade ninguém conhece. O projeto está na gaveta de quem vai privatizar a rodovia, e é por isso, prefeito Vittorio, que viaduto é acanhado, que a pista é dupla. Nós vamos ter o anel rodoviário II daqui a 15, 20, 30 anos. Isso é óbvio, isso é claro, porque há conflito de interesse, porque quem constrói é que está gastando o dinheiro e que vai tomar a concessão. Quando o poder público faz a rodovia, ele tem interesse que seja a melhor, mais ampla e mais duradoura possível para, depois, jogar na privatização.

Então, está tendo uma confusão clara. Nós não temos nem planilha de custo, nós não temos planilha de custo! Quanto se fala de traçado A, traçado B, porque nós temos... O secretário falou – eu o respeito, secretário –, mas não falou nada. Não há nada! Não há nada, gente! Nós estamos discutindo sexo dos anjos. Quando o prefeito de Betim propõe “vamos discutir o traçado do rodoanel”, o traçado é para ser pensado depois de resolvido no anteprojeto, para depois se fazer a planilha – fazer o projeto; e, depois da planilha, se vê o modelo de concessão.

Então, resumindo para todos: a bagunça está interessando. Audiência pública igual a essa é boa para os senhores ouvirem, para nós ouvirmos, mas não resolve nada. Isso é uma comissão de três ou quatro técnicos dando suporte a dirigentes para que a gente chegue a um denominador comum, que não é possível, que não interessa a todo mundo; isso não é possível. Então, tem cheiro de cachorro, tem quatro patas e tem focinho. Então, estou acreditando que é um cachorro.

Nós temos que fazer o seguinte: vamos clarear isso; vamos debater, secretário, não em nível jurídico, porque, em nível jurídico, o senhor deve ter um conhecimento amplo, muito amplo para estar onde está. Mas nós precisamos de conversar com quem entende de traçado, com quem entende de mobilidade urbana, com quem entende de pavimentação, com quem entende de viaduto, de obra de arte. É isso que precisamos de conversar. Essa conversa não acontece por um motivo muito simples: porque o governo não tem conhecimento técnico para abrir esse debate; quem tem são os empresários. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Avimar de Melo Barcelos

Primeiramente, quero cumprimentar o meu amigo Agostinho, do PV – 15 anos. Eu tenho um apreço por você muito grande, Agostinho. Parabéns pela audiência pública. Quero cumprimentar o Kalil, prefeito da capital, representando os prefeitos da região metropolitana, e os demais aqui presentes; o Guilherme, secretário de Betim, na pessoa de quem cumprimento todos os secretários presentes. E, na pessoa do Agostinho, cumprimento todos os deputados presentes também. É muito importante ter uma presença tão grande de deputados aqui para nos ouvir numa audiência pública. Poder opinar não agora, mas posteriormente, é muito importante.

Eu acho que é preciso lembrar que esta audiência pública só está acontecendo porque morreram 272 pessoas lá na minha cidade. É uma tragédia que ontem completou 34 meses. Então, Agostinho, queria pedir 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas.

Homenagem Póstuma

O presidente – Solicito a todos que permaneçam de pé para a homenagem.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O Sr. Avimar de Melo Barcelos – É muito triste a gente saber que, depois de uma tragédia dessa, que matou 272 pessoas, a minha cidade virou de cabeça para baixo. A cidade está triste até hoje. Nós vamos ter um ato agora, dia 25 de janeiro, data em que completa três anos, mas a minha cidade... Eu vou dar um pequeno exemplo para quem está aqui saber: a gente gastava R\$5.200.000,00 com a saúde mensal; agora nós estamos gastando R\$9.800.000,00. No Centro de Apoio à Saúde Mental, nós tínhamos 230 pessoas; hoje nós temos 2.000. É só para você saber o que Brumadinho está passando.

Eu queria dizer que o rodoanel vai ser um sonho realizado para Brumadinho. Não só para Brumadinho, mas para esses municípios da região metropolitana, desde que ele atenda ao Estado e aos municípios vizinhos e que têm grande interesse. Hoje principalmente os municípios pequenos querem criar – como Brumadinho quer criar – um distrito industrial. Nós queremos atrair empresa, renda, emprego, mas, se não houver logística, você não conseguirá fazer nada disso. Então a gente precisa trabalhar nesse sentido.

O dinheiro dessa tragédia foi o valor de R\$37.000.000.000,00 e não ficaram 15% para o município de Brumadinho. Não vão ficar, não é? Porque são R\$1.500.000.000,00 mais R\$3.200.000.000,00 que vão ser pagos para os atingidos e projetos da calha. Ou seja, para Brumadinho mesmo então vão ficar os R\$2.800.000.000,00. Para quem recebeu R\$37.000.000.000,00, nós consideramos que fomos muito injustiçados, mas a gente tem que aceitar. Chega uma hora em que tudo cansa – você se cansa de lutar pelos interesses do município, que foi onde aconteceu a tragédia. Se fosse olhar, teria que ser 80% para os municípios e 20% para o Estado. É muito triste.

Eu tenho muitos amigos prefeitos aqui, em Minas Gerais, e não só na região metropolitana. Os prefeitos chegam e me falam: “Neném, chegou”. Outro dia mesmo eu estava fazendo uma viagem para Araguari, cidade que recebeu R\$7.500.000.000,00 da tragédia de Brumadinho. A gente não é contra isso, não. Porque, às vezes, é melhor dividir com os municípios e satisfazê-los que satisfazer só o Estado em si. A forma de distribuição até não é problema meu. A gente fica insatisfeito com essa distribuição de R\$1.500.000.000,00, que, inclusive, ocorreu pela Assembleia Legislativa. Parece que a Assembleia fez um acordo entre os deputados e daqui foi feita essa distribuição. A gente não é contra, de forma alguma, isso. A gente é contra que município com 110 mil habitantes tenha recebido R\$7.500.000,00 enquanto Brumadinho recebeu R\$2.500.000,00.

Pessoal, Brumadinho está milionário? É o que todo mundo fala, mas não entrou R\$0,01 nos cofres públicos até hoje. É dinheiro para projetos, e são projetos preocupantes. Porque, quando você cria projetos importantes que não lhe trazem custeio, é ótimo, mas como você gasta R\$1.500.000.000,00 com projeto que vai lhe trazer custeio, sendo que recebíamos R\$5.000.000,00 da Vale? Paramos de receber os R\$5.000.000,00, e agora há preocupação dessas construções. Perdemos R\$5.000.000,00 e podemos construir obras que vão trazer um custeio, que podem gastar mais R\$10.000.000,00. Então tudo é preocupante hoje para a gente que está à frente de um município como Brumadinho.

Eu acho que o rodoanel vai trazer muito progresso, principalmente para Brumadinho. A Seinfra já colocou que o rodoanel vai beneficiar Brumadinho. Brumadinho quer levar para lá agora um distrito industrial, mas, sem logística, não resolve nada. Então, pelo menos isso é importante: ligar Brumadinho ao rodoanel para nós termos o progresso, e eu acho que é o mínimo – não é? – porque o rodoanel está sendo construído a partir das mortes que ocorreram lá.

Esse traçado de Betim e alguns municípios é importante porque tira o traçado de dentro da área urbana de Betim e de Contagem e porque tem menos intervenções ambientais também, além de ligar Brumadinho até lá, o que é importante para a nossa cidade. O governo do Estado está-nos ouvindo, está-nos apoiando nisso. A equipe do Seinfra está-nos apoiando, está-nos ouvindo e vai nos atender, eu tenho certeza. Mas tenho certeza de que vai entender também que esse é o melhor traçado, esse de Betim e dos

demais municípios. Por que ele é melhor? Até para o Estado gastar menos dinheiro com o Município de Brumadinho. Nós, até num rodoanel que atenda melhor esses municípios e atenda Contagem e Betim, teremos 14km para nos ligar até lá. O outro traçado gasta 14km mais 9,5km, então já é mais prejuízo.

Esse cálculo de planilha da engenharia, eu não sei fazer. Betim fala, junto com sua equipe, que lá a obra fica em R\$3.000.000.000,00; o Estado fala em R\$5.000.000.000,00. Eu não sou competente para discutir isso, não posso dizer nada sobre isso. Uma coisa é certa: Brumadinho precisa de acesso na região metropolitana, nós só esperamos que Brumadinho não seja esquecido. E eu acho que toda avaliação técnica tem que levar em consideração não só a forma como se vai desenhar o rodoanel, mas também tem que beneficiar esses municípios e evitar o máximo de intervenções ambientais; e não só ambientais. Se passa um rodoanel e você tira 5 mil famílias de dentro de suas casas, para onde vão essas famílias? Será que temos estrutura? Será que o Estado tem estrutura? Betim tem estrutura? Contagem tem estrutura? Brumadinho tem estrutura para suportar 5 mil famílias que saem de dentro de suas casas porque o rodoanel vai passar. Então, isso é um descaso com aquela população que mora ali, não é? Não é só pagar um aluguel, não; você tem o seu coração guardado ali onde você mora. Se pagarem um aluguel para você de R\$5.000,00 para você morar na Pampulha, em um bairro novo em Belo Horizonte, não vai resolver. Aquela família humilde gosta de estar ali, na casa dela. Isso é importante.

A gente também entende o Estado, mas só que eu acho que nós temos que ter diálogo para resolver sobre o rodoanel. Só que esse diálogo também, ao chegar uma hora, ele tem que finalizar. Se a gente for seguir só de diálogo, só de diálogo, ouve um: “Não quero que o anel mude ali”; ouve outro: “O anel deve ir para lá”; ouve outro: “Vai para lá”. Isso não se justifica mais. Eu acho que têm que definir a melhor forma, e os diálogos têm que acabar. Até hoje houve diálogo, mas, daqui para frente, não se justifica, senão nós vamos ficar cinco anos tendo diálogo, e não vai sair do papel.

Pessoal, muito obrigado; obrigado, Agostinho; obrigado a todos os prefeitos, secretários, vereadores e deputados por estarem me ouvindo aqui. Obrigado por tudo.

Palavras da Sra. Marília Campos

Bom dia a todos os senhores e senhoras aqui presentes. Cumprimento o nosso presidente da Assembleia, amigo deputado estadual Agostinho Patrus. Cumprimento também o prefeito Kalil, o prefeito Mediolli, a quem eu aproveito para agradecer pela incorporação da demanda de Contagem ao projeto apresentado por Betim. Cumprimento o Sr. Fernando Marcato, que deve estar nos acompanhando nesta audiência, dizendo ao senhor que eu estou aqui na torcida pela sua recuperação, da sua saúde. Cumprimento o Breno e também o Gabriel, representando o governo do Estado; o prefeito de Brumadinho, que acabou de se posicionar. E não poderia deixar de cumprimentar todos os deputados e deputadas, na pessoa da deputada estadual Beatriz Cerqueira; e todos os vereadores e vereadoras aqui presentes, na pessoa da minha líder de governo, Moara Sabóia, vereadora de Contagem; cumprimentando também todas as lideranças sociais, os líderes sociais, as organizações, a SOS Vargem das Flores. Está aqui a Adriana, está aqui a Cristina. Muito obrigada pela presença e pelo apoio a essa luta tão importante.

Já foram apresentadas várias questões mais técnicas, de traçado; eu vou falar de passagem nessas questões; mas queria iniciar dizendo, em primeiro lugar, da minha preocupação quando eu ouvi parcialmente uma entrevista do governo Zema, na Rádio Itatiaia, se eu não me engano esta semana ou no final da semana passada, em que ele foi perguntado sobre a questão do rodoanel. E o posicionamento dele foi um posicionamento com o qual aliás eu concordo – acredito que o prefeito Kalil, o prefeito Mediolli e o prefeito Nenen concordem –, de que há necessidade de construir o anel rodoviário em função de termos hoje um anel rodoviário completamente congestionado, um anel rodoviário que é conhecido pelos acidentes, pelas mortes que ocorrem lá. Inclusive o jornal O Tempo divulgou um acidente ontem, de uma carreta que atropelou 11 carros. Então já virou fato corriqueiro essa sobrecarga que nós temos no anel rodoviário. E simplesmente o governador se manifestou em relação ao rodoanel apenas sobre a necessidade, em função dessa questão que acontece no anel rodoviário.

Então eu acho que esta audiência, presidente, é muito importante, porque talvez o governador do Estado conheça quais são os problemas que, de fato, estão colocados para essa diretriz que foi dada para esse projeto que foi apresentado pela Secretaria de Infraestrutura do Estado. Foram colocadas aqui as argumentações da Prefeitura de Betim, as argumentações da Prefeitura de Brumadinho; e, em Contagem, eu gostaria de apresentar para todos e para todas quais são as repercussões que estão colocadas para a nossa cidade.

Nós não estamos falando aqui de um impacto em 100 mil, 200 mil habitantes; nós estamos discutindo aqui o impacto em pelo menos duas cidades, porque são as mais impactados negativamente, que são Betim e Contagem. Nós estamos falando aqui de uma população de mais de um milhão de habitantes. Então é muita gente. E eu estou dizendo essa questão do impacto porque a diretriz do projeto apresentado pelo governo do Estado é uma diretriz que corta cidades onde existe uma população que já mora lá, há 10, há 20, há 30 anos. São centros urbanos densos. Em Contagem, corta a região do Petrolândia, que já é cortada inclusive pela via expressa; corta na região do Sapucaias, Nascentes Imperiais, que têm uma densidade populacional que não é uma questão menor. Porque qualquer projeto que se orienta pelo interesse público tem que colocar como foco, como objetivo, o bem-estar público, o interesse público. E eu diria então que, ao cortar as cidades e cortar bairros, você fere o interesse público porque vai precarizar a integração da cidade, diminuindo portanto a qualidade de vida da nossa população.

Então, em Contagem, há um impacto, por ser um traçado que corta essas regiões. E não é uma questão menor em Contagem porque a cidade já é cortada pela 040, pela 381, pela via expressa e terá mais esse corte. Isso traz uma consequência muito grande de integração da cidade, criando verdadeiros fragmentos, cidades numa cidade só, portanto uma cidade que perde em termos de qualidade de vida. Então esse impacto nós não podemos discutir uma contrapartida para amenizá-lo, uma vez que Contagem já tem um sistema viário de passagem e seria prejudicada por mais essa passagem, que é o rodoanel.

Mas nós temos um outro impacto porque a proposta de traçado corta a área de preservação ambiental, que é a APA Vargem das Flores, que, aliás, é uma APA que foi criada a partir da iniciativa do deputado Rogério Correia na Assembleia Legislativa e aprovada por esta Casa. É uma área de preservação ambiental que é responsável pelo abastecimento de água não só de Contagem, que é uma cidade de 660 mil habitantes, mas também porque abastece parte de Belo Horizonte e parte de Betim. O nosso entendimento é que o fato de cortar a Bacia de Vargem das Flores trará um prejuízo ambiental que não tem como ser compensado. Nós vamos cortar a Bacia de Vargem das Flores. Inicialmente Betim tinha uma proposta que reduzia o corte de 14km para 8km, mas, mesmo assim, mesmo com o corte menor, você terá um impacto sobre a bacia, que significa induzir um processo de ocupação, prejudicando a vegetação, prejudicando as nascentes, portanto, prejudicando a Bacia de Vargem das Flores, que é responsável pelo abastecimento de água nas nossas cidades. Então esse impacto ambiental não tem como ser compensado.

Eu queria nesta oportunidade dizer para o governador, que deve ter acesso não sei se agora, mas posteriormente, que os municípios têm que ser ouvidos nessa questão. E nós não podemos fazer audiências apenas formais, aliás, Contagem não chegou a ser ouvida, porque no dia da audiência o microfone não funcionou, pois tivemos problemas técnicos. Então o nosso posicionamento também não foi registrado. Na audiência em que nós tivemos no DER, também tivemos problemas técnicos. Contagem não pôde ser ouvida. Então eu acredito que hoje, nesta Casa, nós poderemos ter a oportunidade de ser ouvidos não só pelos deputados e deputadas aqui presentes, mas também pelo próprio governador porque eu acho, governador, que o senhor não está sabendo dos impactos que essa obra pode provocar nas nossas cidades.

Eu queria nesta oportunidade pedir o apoio dos deputados e das deputadas desta Casa e de todos os prefeitos porque a questão não é só a gente ter acesso ao sistema viário, é a gente também não prejudicar os municípios. Nós poderemos inviabilizar o Município de Contagem com esse corte na Bacia de Vargem das Flores. Então, por essa razão, venho aqui e agradeço ao deputado Agostinho Patrus que nos convidou para vir aqui hoje para fazer essa manifestação, na expectativa de que esta Casa, o Poder Legislativo Estadual nos ajude a sermos ouvidos pelo governo do Estado e que os nossos municípios sejam contemplados nessa

reivindicação que apresentamos. Nós queremos, sim, um novo rodoanel, nós queremos um sistema que contorne, mas que não traga prejuízo ambiental e de qualidade de vida para os nossos municípios. Muito obrigada.

Debates

O presidente – Vamos passar agora a palavra aos inscritos para que também possam ser ouvidos. Vamos ouvir Cristina Maria de Oliveira, do SOS Vargem das Flores. Por favor, Cristina.

A Sra. Cristina Maria de Oliveira – Bom dia. Vocês estão me ouvindo? Bom dia a todos e a todas. Vou dar um bom-dia especial para a prefeita Marília, porque é a única mulher que está compondo esta Mesa. Mais uma vez, a gente precisa brigar para ter os espaços, ocupar os espaços.

O meu nome é Cristina, faço parte do movimento SOS Vargem das Flores e moro na área rural de Contagem. Sou professora aposentada e já vai para quase 30 anos que dedico parte do meu tempo para a defesa da represa Vargem das Flores. Aqui, nesta Assembleia, eu já perdi as contas de quantas vezes já vim para defender a represa de Vargem das Flores. E, mais uma vez, estou aqui, porque Vargem das Flores nunca foi tão atacada como neste momento. Ela está sendo atacada pelo rodoanel; ela está sendo atacada pelo atual Plano Diretor de Contagem, que permitiu a sua urbanização; ela está sendo atacada pelos loteamentos clandestinos, que se multiplicaram depois do plano diretor, que foi aprovado em 2017; ela está sendo atacada pelo plano de manejo da APA Vargem das Flores, que estava para ser votado na terça-feira, aliás, na quarta-feira, na audiência da câmara de biodiversidade do Copam, que iria ser tão permissivo quanto o atual Plano Diretor de Contagem. Aí, graças a nossa provocação no Ministério Público, foi feita uma recomendação, e o plano de manejo foi retirado da pauta do Copam mais uma vez. Então Contagem está fazendo a sua revisão do plano diretor, e nossa luta é para voltar às áreas rurais, como está previsto no Plano Diretor Metropolitano, e tirar o traçado do rodoanel da nossa cidade, porque o rodoanel não é uma obra de mobilidade, ele não vai integrar a região metropolitana. É uma obra que serve de via de passagem para os caminhões pesados e para nós, que somos moradores, o utilizarmos vamos ter que pagar pedágio. Então é uma obra que vai dividir a nossa cidade ao meio e vai atingir 16 bairros; um deles, o Nascentes Imperiais, está para desaparecer do mapa. Então, em fevereiro, iniciamos a luta contra essa obra e precisamos fazer muito barulho, não é, Fajardo? Precisamos fazer muito barulho para ser ouvidos, pois essa obra vai ajudar a secar a nossa água, derrubar a nossa mata e desabrigar milhares de famílias. Mas, hoje, chegou o nosso dia D.

O Dia D foi quando as tropas aliadas, durante a Segunda Guerra Mundial, chegaram à Europa para fortalecer os aliados e combater os nazistas. Então os nazistas, atacados pelas frentes leste e oeste, foram derrotados. Hoje nós estamos com dois importantes comandantes: o prefeito Mediolli e a prefeita Marília Campos, que vieram... Tal qual os aliados chegaram à Europa com uma arma poderosíssima e exércitos descansados, a prefeita Marília e o prefeito Mediolli também estão agora com um reforço: com esta Casa lotada. Então, hoje, nós estamos muito mais fortalecidos do que quando procuramos Agostinho Patrus, pedindo para não votar nesse rodoanel – lembra-se, não é, Agostinho? Então nós estamos nessa luta há muito tempo. Os novos comandantes trouxeram uma arma poderosíssima, que é uma metralhadora de palavras e, em menos de um mês, conseguiram desconstruir esse projeto sem pé e sem cabeça, que é o rodoanel. Além disso, as prefeituras fizeram um traçado alternativo, esse traçado alternativo que a gente sempre defendeu.

Nós nunca apoiamos o traçado do rodoanel passando por Vargem das Flores. E agora vejam que situação mais surreal: quem vem manifestar indignação nesta Casa são sempre os movimentos sociais. Pela primeira vez nós temos prefeitos e movimentos sociais unidos contra uma obra. Então é uma obra ruim, senão não teria tanta gente contra ela, não é? Essa obra rasga Vargem das Flores e pode acelerar o racionamento de água de Belo Horizonte. Eu estou utilizando essas expressões bélicas aqui porque em Contagem temos um conflito d'água desde 2017, reconhecido pela agência metropolitana, que aliás deveria estar aqui. A agência metropolitana não está participando desta discussão, assim como o conselho metropolitano. O rodoanel é uma obra de impacto metropolitano.

Então eu falo que lá nós temos uma guerra pela obra. Essa obra do rodoanel acirrou essa guerra. Nós fazemos essa defesa intransigente de Vargem das Flores porque ela é a represa mais estratégica que nós temos. Se romper mais uma bacia de mineração, mais uma represa com rejeito de minério, Vargem das Flores é que vai assegurar a água da região metropolitana até se resolver o problema no sistema de abastecimento de Contagem, porque todas as nascentes, Agostinho, nascem em Contagem. A nossa represa não está no caminho da lama. Isso já é mais do que suficiente para vocês aprovarem recursos para a gente de fato proteger aquele lugar, que é o maior tesouro que nós temos na região metropolitana. Todas as outras captações podem ser atingidas pela lama das mineradoras.

Então eu quero fazer um apelo aqui para o Agostinho Patrus e para os demais deputados que estão aqui: intercedam junto conosco, porque nós, dos movimentos sociais, já estamos tentando, mas gostaríamos da ajuda de vocês para que as audiências que estão acontecendo nessa consulta pública – uma delas que seria segunda-feira lá na Cidade Administrativa foi para as moscas e não aconteceu na terça-feira, será agora à tarde – sejam anuladas. Por quê? Porque elas precisam acontecer no território, viu, Gabriel? O governo precisa ir até as cidades, até os municípios que serão atingidos, porque vocês precisam ter coragem de falar para o Sr. João e para a D. Terezinha que a casa deles vai cair no chão, que a casa deles vai ser derrubada, porque vai passar uma estrada em cima dela. É muito fácil destruir a vida das pessoas de um escritório com ar-condicionado, não é? Então nós queremos que essas audiências aconteçam nos locais onde as obras estão previstas.

Duas audiências do governo foram canceladas por causa do som, mas qualquer escola de Contagem ou de Betim tem um som e um microfone que funcionam e uma quadra para fazer uma audiência pública. Então nós temos condição, sim, de receber. É por isso que nós dizemos: Zema, tire a mão da nossa água. Neste domingo nós vamos fazer mais uma manifestação na orla da represa – mais uma, porque já foram várias. Convido a prefeita Marília e o prefeito Medioli para participarem também. Rodoanel aqui, não.

O presidente – Muito obrigado, Cristina Maria de Oliveira. Vamos passar agora a palavra para a deputada Beatriz Cerqueira, por gentileza.

A deputada Beatriz Cerqueira – A todos e todas, bom dia. Quero cumprimentar todos que estão aqui lotando as galerias e o Plenário nesta importante audiência pública. Na verdade, esta é uma reunião especial. Cumprimento ainda os membros da Mesa, na pessoa do presidente Agostinho Patrus; os nossos prefeitos Vittorio Medioli e Alexandre Kalil; a nossa prefeita que fez um natal-luz maravilhoso iniciado ontem em Contagem, a Marília Campos; e todos os representantes do governo do Estado. Quero cumprimentar, em especial, os movimentos sociais que estão aqui mobilizados e presentes. Como bem lembrou a Cristina, eles têm feito um trabalho constante, permanente, de denúncia e de resistência ao que foi batizado de *rodominério*, porque, diferentemente do interesse público e coletivo, o que o governo do Estado propõe hoje é um projeto, é um traçado para atender a interesses privados.

Eu me inscrevi, presidente e todos que nos acompanham, para trazer algumas sugestões de atuação, enquanto Poder Legislativo Estadual, assumir alguns compromissos e lembrar do que Assembleia fez no último período. A Assembleia Legislativa realizou duas audiências e também uma reunião com o presidente da Casa, em que os movimentos sociais, os movimentos ambientalistas foram ouvidos, e me parece que foi o lugar, até o momento, de maior participação e de escuta desses movimentos em relação ao projeto do rodoanel. Nessas audiências e nesses debates, ficou clara para todos nós aqui, na Assembleia Legislativa, a destruição de áreas e unidades de conservação. Não há estudo ambiental prévio, e isso foi muito discutido aqui. É um dos mais caros – senão o mais caro – pedágio do País. Haverá forte impacto social, forte impacto nos municípios.

E o que me chama a atenção, mais recentemente, é a falta de transparência. A pedido dos movimentos sociais, eu apresentei, no primeiro semestre, um requerimento que foi aprovado na Comissão de Administração Pública, solicitando 10 pontos de estudos que deveriam ser encaminhados à Assembleia Legislativa. O governo teve a desfaçatez de responder à Assembleia Legislativa dizendo que a Secretaria de Governo não poderia fornecer as informações porque seria outra a secretaria competente para fazê-lo. Eu vou repetir: o Poder Legislativo solicitou informações ao governo do Estado, através da sua Secretaria de Governo, e o governo do

Estado respondeu não informando os estudos que foram pedidos a ele. Então a falta de transparência é uma marca desse projeto. E me permitam dizer também: é uma marca deste governo, que toca projetos com interesses privados, e não interesses coletivos.

Eu tenho acompanhado, a assessoria do nosso mandato acompanha todas as consultas, audiências que têm sido promovidas pelo governo. As consultas e audiências são apenas para cumprir formalidades, pois não há participação popular, não há escuta real da população, dos prefeitos, dos municípios, todos impactados.

Então, presidente, eu quero trazer algumas sugestões de atuação, enquanto Assembleia Legislativa. Acho que nós deveríamos estudar a possibilidade de constituir na Assembleia Legislativa uma comissão específica para acompanhar e atuar em todas as questões do rodoanel – do *rodominério* ou do rodoanel. Nós podemos fazer isso regimentalmente através de comissões extraordinárias. É a forma de o Poder Legislativo atuar de maneira independente, garantido participação popular, garantindo participação social. É impossível um projeto dessa magnitude de impacto social, ambiental, com os recursos que estão sendo colocados e os interesses privados que estão sendo colocados e que não tenha o acompanhamento e a fiscalização efetiva do Poder Legislativo. Uma comissão extraordinária seria o melhor caminho para que o assunto não se disperse em várias comissões. Nas várias comissões permanentes, cada uma está cuidando de assuntos que são próprios. Então eu quero deixar aqui essa sugestão e esse desafio para que nós, do Poder Legislativo, possamos atuar de forma propositiva e permanente, enquanto essa discussão do anel for feita, impedindo que ele se torne um *rodominério*, impedindo que ele destrua a nossa segurança hídrica e as nossas áreas de preservação.

Quero assumir um compromisso com os movimentos. Faço um trabalho em relação ao rodoanel e discussões em relação a tudo isso na Comissão de Administração Pública. O que me chamou a atenção foi a incapacidade técnica e política do governo do Estado em realizar escutas com a efetiva participação. Quero assumir o compromisso com todos que estão aqui e com o nosso presidente, com os movimentos populares, de realizarmos, no próximo período, audiências públicas em todos os territórios impactados pelo rodoanel.

Iremos para fazer a escuta dos movimentos, da população atingida, porque eu me pergunto: quem vai participar de uma audiência que está sendo chamada para a Cidade Administrativa hoje, às 13 horas? Hoje é uma sexta-feira; as pessoas trabalham, as pessoas precisam de condições de deslocamento até a Cidade Administrativa. Então, o governo está chamando a população para um lugar concentrado, distante, de uma fácil locomoção, em horário de trabalho das pessoas, porque é isso que nós precisamos considerar. Com quem nós queremos conversar? Se for com a população que mora, que vive nesses territórios, não é numa sexta-feira, às 13 horas, que as pessoas vão se organizar para participar. Então, é preciso considerar a vida concreta das pessoas e é preciso que a política esteja a serviço do bem comum, e não dos interesses privados, como tem demonstrado esse *rodominério*. Obrigada, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Vamos ouvir agora Adriana Souza, da Frente Brasil Popular, de Contagem.

A Sra. Adriana Souza – Bom dia, pessoal. Bom dia a todos e a todas. Desculpe pelo processo para colocar essa bandeira aqui. Ela tem, na verdade, uma grande representatividade para mim, para a Profa. Cristina, para os movimentos sociais da cidade de Contagem. Inclusive a gente costuma dizer, nos nossos movimentos e nas audiências, que toda cidade tem a sua Amazônia para proteger. E a Vargem das Flores, na cidade de Contagem, é o nosso maior patrimônio ambiental e que pode garantir a vida para as próximas gerações.

Diante disso, eu quero cumprimentar todos e todas que estão aqui. Vou tirar a máscara para poder facilitar. Cumprimento os movimentos sociais; cumprimento os deputados que estão aqui, nesta escuta hoje; cumprimento o presidente Agostinho Patrus, com quem a gente já pode conversar em outros momentos, e que foi fundamental; e cumprimento os prefeitos que estão aqui, hoje, comprometidos. A adesão dos prefeitos à nossa causa, neste dia D, como a Cristina colocou, é fundamental. Cumprimento o prefeito

da capital, com a sua representatividade, o prefeito de Betim, mas, especialmente, a prefeita Marília Campos, que carrega, na sua trajetória e na sua história, a defesa da área de preservação ambiental de Vargem das Flores.

Dito isso, eu queria apresentar alguns aspectos, que eu acho que são fundamentais, que já foram falados em diversas audiências públicas de que participamos. Neste dia, a luta do rodoanel ganha um destaque maior em toda a região metropolitana, porque essa luta não começa hoje. A gente já tem se mobilizado; já participamos de audiências virtuais aqui, na Assembleia Legislativa, para apresentar essa luta desde março deste ano. Mas é importante, agora, já que essa luta tomou uma amplitude maior, a gente voltar com algumas questões que são muito centrais. Então é preciso a gente pensar que, primeiro, essa obra do rodoanel está sendo feita dentro de um acordo que é fruto de um crime ambiental. E não é qualquer crime ambiental; é o maior crime ambiental da história do Brasil, que ceifou 272 vidas de trabalhadores e trabalhadoras. A partir do acordo que foi feito em cima desse crime é que a gente discute essa obra do rodoanel, que a gente chama, com muita tranquilidade, de *rodominério*, porque a gente viu, através de vários estudos, que ele beneficia principalmente as mineradoras que estão na região, em detrimento da vida das pessoas. E é um dinheiro que vem de um crime ambiental e que vai causar ainda mais devastações e crimes ambientais por toda a região metropolitana. Então essa é uma questão que a gente não pode tirar do centro deste debate em nenhum momento.

A outra questão é que o Vittorio Mediolí falou bem sobre isso. Esse processo todo que envolve o rodoanel, desde o seu início, é um processo obscuro. Desde o início do rodoanel, em nenhum momento o questionamento foi: aonde essa obra vai, a quem ela vai beneficiar, o que ela vai ligar. Mas o primeiro debate dessa obra é ela ser o modelo de concessão, denunciando o interesse privado acima do interesse público, que está colocado no como essa obra tem sido levada. Isso a gente pode ver em vários momentos, desde a forma como está sendo colocada a questão para a concessão. Então o estudo de impacto ambiental que pode inviabilizar essa obra vai ser feito depois do leilão. Isso parece jogo de carta marcada. Que empresa vai assumir um risco de participar de um leilão e depois não poder fazer a obra? E é isso também que faz com que essa obra tenha o pedágio mais caro do Brasil. Então é uma obra em que o lucro vai para o bolso da concessionária, e o prejuízo vai para o bolso do trabalhador. Então é uma questão que nós precisamos ter muita clareza, inclusive para a população, que hoje não tem dinheiro nem para pagar a gasolina, imaginem para pagar o pedágio mais caro do Brasil.

A outra questão, gente, é que uma obra como essa... E aqui eu quero fazer um parêntese: todas as vezes em que nós, os movimentos sociais, fomos ouvidos, foi através desta Casa, e inclusive através de requerimento para audiência pública da deputada Beatriz Cerqueira. Dizer da importância que é haver parlamentares comprometidos com a luta do povo. Então as audiências públicas que foram realizadas pelo governo – e vou caminhar para o encerramento –, a gente tem muita tranquilidade em dizer que foram farsas públicas, porque não houve a participação, não houve a divulgação dos seus processos, e houve o impedimento da palavra, do uso do contraditório. Nesse sentido eu quero dizer que hoje os prefeitos e as prefeitas que estão aqui conosco inclusive estão juntos conosco nessa luta, e passando por tudo que a gente passa sempre nos movimentos sociais, em que a gente não pode ser ouvida. Então a gente está aqui com a população, a gente está ciente dos problemas que estão acontecendo, e o governo não escuta.

E para finalizar, pessoal, eu quero dizer que por tudo que foi apresentado, por todos os técnicos, arquitetos e urbanistas que nós ouvimos em mais de 50 reuniões, várias apresentações, que demonstraram que esse projeto não resolve o problema do anel rodoviário, porque ele não foi desenhado para isso. Não há estudo que apresenta que ele vai resolver o problema do anel rodoviário. É um projeto que não tem legitimidade técnica, porque não tem os estudos necessários. É um projeto que não tem legitimidade social, porque ele não garante nenhum bem social para a população, porque ele não garante mobilidade urbana, esse projeto que foi apresentado. E também não tem legitimidade política, porque ele não ouviu, em nenhum momento, desde o momento em que foi construído o acordo, as pessoas atingidas pelo crime da Vale em Brumadinho. Não ouviu o povo, e agora também não ouve os prefeitos e prefeitas da região metropolitana. Então, por tudo isso, eu quero dizer que, se essa obra sair, ela vai envergonhar o povo

mineiro e vai violentar ainda mais a memória de cada uma das 272 vítimas do maior crime da mineração, do maior crime ambiental no Brasil, que a mineradora Vale fez.

E, por fim, eu quero aqui reforçar o convite que a Profa. Cristina fez. Nós vamos realizar mais uma manifestação popular. No próximo domingo, dia 28, nós vamos ter uma concentração no Pão com Linguíça, na MG-808, às 8 horas; e depois, às 9 horas, nós vamos para a orla da represa defender a água das próximas gerações. E é isso, pessoal, nós estamos aqui para dizer, em alto e bom som, que nós não vamos trocar água por estrada. Obrigada. (– Palmas.)

O presidente – Muito obrigado, Adriana. Passo a palavra ao deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, deputado Agostinho Patrus; Sr. Secretário, que nos acompanha remotamente, e sua equipe aqui presente; prefeito Vittorio Medioli; querido amigo, prefeito Kalil; prefeita Marília Campos; deputados e deputadas; e senhores presentes. Frei Gilvander, aqui presente, também uma alegria, e tenho acompanhado as suas lives sobre o tema. Sempre que posso, assisto, nos momentos livres. Saúdo também o ex-deputado Pimenta, aqui presente, e demais deputados e deputadas que estão aqui presentes.

Fiquei profundamente impressionado, Vittorio, quando tive uma reunião no seu gabinete a respeito desse tema. Eu, de fato, havia acompanhado e venho acompanhando a questão do rodoanel até pelas audiências públicas já realizadas de uma forma independente, de uma forma com toda a pureza da rejeição que a população tinha sobre isso. Eu tenho uma história de convívio, fui morador de Contagem durante muito tempo, fui usuário da Várzea das Flores, os meus filhos a usavam, o Gabriel, hoje adulto, ia passear no domingo, nadar ali na Várzea das Flores, e isso me toca muito de perto. Até porque a Marília também, a prefeita Marília, sempre me convocou para isso.

Mas eu não tinha noção, prefeito Vittorio Medioli, da intensidade do ponto de vista técnico, não só da rejeição que a população com toda razão tinha, nas lives do frei Gilvander, de rejeitar a agressão à Várzea das Flores, a agressão à vida das pessoas, a agressão ao não ouvir as pessoas, mas a sua exposição, eu cheguei lá e fiquei quase duas horas analisando e vendo aquilo. Tanto é que, na saída, tivemos a ideia, presidente Agostinho, de formar uma frente parlamentar para discutir a questão do rodoanel. E depois, em conversa aqui, procurei todos os deputados votados, o deputado Mauro Tramonte, o deputado João Vítor Xavier, o deputado Professor Irineu, a deputada Ione, enfim, os deputados majoritários em cada um dos municípios, e a ideia era ampliar isso, fazer uma discussão, nessa frente parlamentar, sobre o conjunto da mobilidade rodoviária metropolitana porque também há o acesso da via expressa até Brumadinho, o acesso de Olhos D'Água até Ibirité, a hipótese daquele novo acesso a Nova Lima, utilizando os trilhos da antiga ferrovia que passa beirando e dando continuidade ao atual anel, enfim. Inclusive nós demoramos um pouco, Agostinho, foi no dia 11 de novembro aquele nosso encontro – e só há uns quatro ou cinco dias –, porque ficamos aguardando a participação de alguns parlamentares mais, digamos, próximos ao governo. Estamos esperando até agora. Havia inclusive a intenção de que fizéssemos, depois daquele episódio no DER, uma audiência, mas a presidência convocou, o que dá uma dimensão muito maior, viu, Agostinho? Queria cumprimentá-lo por isso também e dizer que, na sequência, a frente parlamentar pode e deve ser reforçada, para que tenha o papel de procurar solução. As audiências públicas podem ser feitas, os embates políticos são naturais, os embates inclusive de opiniões são naturais, são positivos, mas há a necessidade de haver um espaço de buscar efetivamente soluções. Dentro disso, eu assumi a palavra mais para falar em nome desse conjunto de parlamentares que já têm essa ideia. A deputada Beatriz sugeriu a criação de uma comissão extraordinária, pode ser que sim, mas a frente parlamentar tem uma vantagem porque ela não tem limite de membros. A comissão deve ter cinco pessoas, a frente parlamentar pode ter 10, 15 parlamentares, e não há muito problema, mas essas questões não são conflitantes.

Até, deputada Beatriz, eu queria aqui, lembrando da sua emenda que foi aprovada, dizer que tudo que for feito com recursos oriundos dessa tragédia ou desse crime, se preferirem, deveria ter uma referência às vítimas. Nesse anel, ninguém teve a ideia de pôr o nome de alguém, de uma vítima porque ele não merece. Quem sabe a gente chega numa obra que possa orgulhosamente, de

uma maneira sentida também, com orgulho e com sentimento de perda, colocar um nome, que hoje não ousou sugerir, nesse traçado que aí está. Sugerir aquilo que consta na lei, por um dispositivo oriundo da emenda da deputada Beatriz Cerqueira, que, se é feito com recurso oriundo da tragédia, que tenha uma homenagem a alguém, a alguma vítima, uma referência que lembre que aquilo é uma obra derivada dessa tragédia.

Para encerrar – já anunciei o meu objetivo aqui, deputado Agostinho, que é a questão da frente parlamentar –, quero me colocar à disposição para esse trabalho, já que ela é uma frente bastante plural, do ponto de vista da posição das pessoas. Ela naturalmente quer ajudar em um aperfeiçoamento e, se for o caso, aderir ao pedido do cancelamento se a obra não for aperfeiçoada, não for aceitável.

Quero já adiantar também outra questão: que o atual anel, que é um rodoanel – o anel rodoviário e rodoanel, originalmente era de fato um rodoanel, mesmo que incompleto, como esse que também está sendo incompleto –, pode receber uma parte dos recursos de forma mais imediata. Então, presidente, inclusive depois deveríamos fazer alguma discussão mais específica aqui, na Casa, sobre isso, pois pelo menos 1% ou 2% do recurso previsto pode ser aplicado em alguns pontos críticos do anel hoje. Em vez de esperar 10 anos para se ter uma solução, por que não 10 meses? Em 10 meses, teríamos alguns pontos críticos, que são terríveis hoje no anel – estamos assistindo a isso aí –, que esse recurso pudesse ser aplicado. Juridicamente pode, porque já consultei pessoas – não vou citar o nome, porque foram consultas informais – que acham que no recurso disponibilizado para o rodoanel cabe no atual rodoanel, que a gente habitua-se a chamar de anel. Então isso é também um acréscimo que faço, que adianto aqui, mas não em nome do conjunto dos parlamentares da frente, mas dizendo que é um tema que já vem sendo debatido e creio que também pode ser incluído nos objetivos dessas nossas audiências, sobretudo das medidas de aperfeiçoamento, tão defendida pelos prefeitos aqui, pela Marília, pelo Kalil e, de maneira muito intensa, pelo prefeito Vittorio Mediolí.

Estou me colocando à disposição dos demais colegas da frente parlamentar. Nós estamos aqui na luta pela solução dos problemas de mobilidade rodoviária da região metropolitana e, sobretudo, das correções daquilo que, porventura, possa ser feito na construção do rodoanel e, se isso não for possível, é preferível que não seja realizada essa obra. Mas tenho certeza de que conseguiremos muitas soluções. Agradeço. Muito obrigado!

O presidente – Muito obrigado, deputado Virgílio Guimarães. Vamos ouvir agora Neides Abreu, do Movimento Saúde e Solidariedade.

A Sra. Neides Abreu – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, aos prefeitos, prefeitas, parlamentares e ao pessoal das galerias que está nos acompanhando, nesta manhã de hoje. Escrevi para ser mais rápida, breve e não me esquecer de nenhum detalhe.

Sou Neides Abreu, professora aposentada da Rede Municipal de Ensino de Contagem e de Betim. Atuo, enquanto militante de causa ambiental, com o SOS Vargem das Flores. Atualmente sou presidente da Casa MSSC, que funciona no Petrolândia. Moro e trabalho na regional do Petrolândia desde 1987. Então venho trazer o que converso com os moradores da minha regional. A minha regional é pequena em extensão de terra, mas é grande e bem populosa. Venho diante dos deputados e das deputadas denunciar o traçado do rodoanel por vários motivos: atingirá equipamentos públicos, como a Escola Municipal Senador Luís Carlos Prestes, no Bairro Sapucaias III, que passará a funcionar em 2022 – ela já foi inaugurada, mas ainda não está funcionando devido à pandemia, que a prefeita Marília Campos está conduzindo –, a Escola Senador José Alencar Gomes da Silva e o Cemei, ambos no Bairro Sapucaias II, que atende aproximadamente 100 alunos.

O Bairro Nascentes Imperiais é ocupado, na sua maioria, por moradores de baixo poder aquisitivo que construíram suas casas de forma simples, trabalham nos comércios locais. A maioria está desempregada ou vive de recursos do governo federal. O governo da prefeita Marília Campos tem levado qualidade de vida aos moradores, fazendo obras de saneamento básico para melhorar a qualidade de vida deles. A maioria dos moradores do Nascentes Imperiais não sabe que essa obra vai passar por lá, porque estamos vivendo num período de pandemia, e não foi possível a nós, enquanto lideranças, descer, ir até lá e nos reunir com os moradores. O

Bairro Estâncias Imperiais se destaca pela quantidade de nascentes, que são recargas da lagoa de Vargem das Flores. Nós estamos vendo uma crise hídrica. É uma crise que afeta o planeta inteiro. Por que então não defender a nossa caixa d'água que abastece a Região Metropolitana de Belo Horizonte? Nós também temos que chamar a atenção para a região do Estâncias Imperiais, onde há muitos agricultores familiares e também piscicultores. A economia do local será impactada. Há aproximadamente 600 famílias.

A gente, por último, quer afirmar que a regional de Petrolândia será atingida nos seus 16 bairros. Tanto os lojistas como os comerciantes e os moradores serão atingidos pela poeira, pelo barulho, pelo excesso de movimento no local. Os moradores que residem mais próximos do traçado não terão seus imóveis atingidos, mas terão seus imóveis desvalorizados. Quem vai querer morar próximo a uma via com tanto barulho, com tanta poeira tão prejudicial a nossa saúde?

Enfim, eu trago um recado dos moradores, eu tenho conversado com eles. Os parlamentares precisam ouvir os moradores, porque eles estão aqui numa democracia participativa, eles estão participando de uma audiência onde vários de nós os elegemos. Por isso nós devemos a eles que sejam mais participativos conosco. Convidem o governo Zema e os secretários para descerem nos bairros e conviverem conosco em algum momento ou pelo menos passem pelo nosso bairro, pela nossa periferia. Então esse é o pedido. Reforço também o convite para Vargem da Flores, no domingo, a partir de 8 horas. Até lá!

O presidente – Muito obrigado, Neides. Vamos ouvir agora o Sr. Antônio Cândido Lages Rodrigues, do Projeto Pomar BH.

O Sr. Antônio Cândido Lages Rodrigues – Bom dia a todos. Eu quero falar sobre mobilidade urbana. É o primeiro tema que eu vou abordar aqui. Será que é necessário mesmo fazer esse rodoanel? Eu acho que se se fizer a revitalização do anel rodoviário... Eu passo por ele todo dia. O prefeito Kalil, que entende de obra aqui, vai saber do que eu estou falando. Ali, em cima do viaduto da Praça São Vicente, se se alargar a pista em vez de se fazer aquela volta por onde a pessoa passa pela praça para sair na marginal do lado do aeroporto do Carlos Prates e fizer outro viaduto do lado, em cima da marginal daquele trajeto ali... Em cima da Pedro II, quando a pessoa está na marginal do lado do aeroporto, ela desce, faz um pequeno retorno e volta para a marginal, sentido Shopping Del Rey. Chegando ao Viaduto São Francisco, há aquele gargalo todo dia. Um pouquinho para baixo, onde há uma fábrica nova da Coca-Cola ou um depósito, entre a Cristiano Machado e a Antônio Carlos, poderia ser feito um alargamento. São duas faixas e meia; abram três faixas. Aquilo ali vai desafogar o trânsito de Belo Horizonte. Não vai ser necessário fazer esse rodoanel. A gente, como ambientalista, não é contra o progresso, mas a gente quer que haja menos impacto ambiental e na qualidade de vida. Hoje a pandemia existe é por causa dos impactos ambientais. O ser humano só está pensando no dinheiro; o ser humano não está pensando nas gerações futuras. Eu tenho uma filha de 5 anos, que se chama Vitória, e fico muito preocupado. Fico preocupado também com as outras crianças. E estou preocupado comigo, que tenho 46 anos hoje, mas fico pensando no mundo que vai ficar para essas pessoas, não é?

Eu, como plantador de árvores na região metropolitana, chego a pensar que é uma utopia plantar árvores. Vou plantar 6 mil árvores, enquanto eles estão destruindo 1 milhão de árvores. Oh, gente, temos que cuidar do planeta! Eu acho que o fundamental é o meio ambiente. Fora, rodoanel! Fora, *rodoanério*!

O Sr. Antônio Cândido Lages Rodrigues – Presidente, eu queria fazer o último pedido. O meu tempo não acabou ainda, e eu queria pedir a todos aqui na Casa... Quero agradecer por todos estarem recebendo a gente aqui. Houve audiências públicas do governo do Estado, e eles bloqueavam o comentário, quando a gente ia fazer o comentário no canal do YouTube e tudo. Eu queria pedir a todos da Casa aqui, a todos que estão participando, aos movimentos sociais para a gente fazer 1 minuto de silêncio pelos mortos da Covid. E quero agradecer aos prefeitos também que estão atuando muito bem para ajudar no combate à Covid.

Homenagem Póstuma

O presidente – Vamos fazer 1 minuto de silêncio atendendo a sugestão do Antônio Cândido em homenagem aos que perderam a vida para a Covid-19.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O Sr. Antônio Cândido Lages Rodrigues – Muito obrigado, gente.

O presidente – Agora, com a palavra, Glaucon Durães, do movimento Salve Santa Luzia. Por favor, Glaucon.

O Sr. Glaucon Durães – Bom dia a todas e todos. Gostaria de agradecer a oportunidade. Quero cumprimentar a Mesa, as autoridades desta Casa e o povo mineiro. Eu sou Glaucon Durães, doutorando em ciências sociais pela PUC Minas, morador de Santa Luzia e membro do movimento Salve Santa Luzia.

Escrevi o nosso posicionamento: “Nós, do Coletivo Salve Santa Luzia e da Frente Metropolitana contra o Rodoanel, viemos manifestar nossa preocupação com os impactos do empreendimento rodoanel da RMBH sobre o território e a população de Santa Luzia e a nossa indignação com a ineficiência dos procedimentos de consulta pública adotados pela Seinfra. Os gestores do projeto do rodoanel afirmaram repetidas vezes que Santa Luzia e cidades da Alça Norte são favoráveis ao referido empreendimento rodoviário. Na verdade, os protocolos de divulgação do projeto de consulta pública e de participação popular adotados pela Seinfra vêm resultando em notória desinformação por parte dos luzienses, especialmente daqueles que serão diretamente impactados pelo traçado funcional do projeto rodoviário em referência. Infelizmente a audiência pública realizada pela Seinfra em Santa Luzia, na tarde de 26/2/2021, foi uma espécie de reunião esvaziada, em que os gestores do referido projeto rodoviário fizeram uma propaganda impositiva do rodoanel e ignoraram completamente todas as contribuições apresentadas pelos munícipes. Como se não bastasse, a audiência pública realizada na Cidade Administrativa, na tarde de 22/11/2021, foi marcada às pressas, em horário comercial, em localidade de difícil acesso para a população das cidades da RMBH e sem um protocolo de divulgação social eficiente, o que resultou no seu esvaziamento e no seu encerramento antes do tempo previsto.

Na primeira audiência pública citada, participou uma equipe da Prefeitura de Santa Luzia e um grupo de vereadores da cidade, os quais se mantiveram, estranhamente, em absoluto silêncio. Já na segunda audiência pública mencionada, uma equipe da Prefeitura de Santa Luzia, que é responsável pela atual revisão do plano diretor do município, se posicionou afirmando que o rodoanel é uma obra importante e que não impactará a nossa cidade nem o Cemitério dos Escravos – ou dos escravizados – nem a Comunidade Quilombola de Pinhões nem os bairros urbanos.

Além disso, pediram para que o rodoanel comece a ser construído por Santa Luzia, como forma de impulsionar os outros municípios a aderirem ao projeto viário. Não obstante, a referida equipe da Prefeitura de Santa Luzia não apresentou dados, informações, fatos ou pesquisas que corroborassem as suas afirmações expressamente negacionistas. Tratam-se de pessoas sem a competência e sem o respaldo técnico científico para arguir sobre os impactos do rodoanel em Santa Luzia.

É preciso lembrar que, em resposta à procuradoria-geral do município, no dia 23/3/2021, e a uma parlamentar da câmara municipal, no dia 24/3/2021, sobre os impactos ambientais e hídricos do rodoanel em Santa Luzia, o prefeito de Santa Luzia, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, afirmou – abrem-se aspas: “Não. A prefeitura não manifestou e não realizou estudos sobre os impactos ambientais e hídricos. A atividade em questão trata-se de implantação de uma rodovia com quase 100Km de extensão que cortará diversas cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Uma obra dessa magnitude tem um potencial poluidor-degradador muito grande, competindo apenas à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a solicitação de estudo para licenciamento ambiental desta obra” – fecham-se aspas.

A referida resposta demonstra, na contramão do que os membros da equipe da revisão do plano diretor de Santa Luzia afirmaram na audiência pública, que a Prefeitura de Santa Luzia reconhece que o rodoanel é uma obra de grande magnitude e que tem um potencial poluidor-degradador muito grande. Entretanto, a mesma prefeitura se negou à responsabilidade de realizar estudos de impacto ambiental e hídricos de interesse da municipalidade e das comunidades urbanas, rurais e quilombolas diretamente afetadas. Também a Seinfra não apresentou, nas audiências públicas e no seminário, pesquisas que esclarecessem a população sobre os impactos do empreendimento na cidade nem estudos que comprovassem a efetividade do projeto na obra. Conforme informações

disponibilizadas pela Seinfra, o rodoanel foi projetado para ser uma rodovia privatizada com mais de 100km de extensão, dos quais 13km rasgarão brutalmente Santa Luzia e Ravena, Distrito de Sabará.

Nós, moradores das regiões diretamente impactadas pelo rodoanel, em Santa Luzia, e que conhecemos, empiricamente, o território impactado, e a equipe técnica da Associação Quintas da Siriema realizamos um levantamento preliminar em que constatamos os potenciais danos socioambientais na nossa cidade, dentre eles a destruição de 18 nascentes, em Ribeirão Vermelho, do Córrego Santiago e do Ribeirão das Bicas, além de dezenas de lagoas e córregos, provocando sérios danos aos lençóis freáticos e abastecimento do Rio das Velhas; destruição de áreas de inundação naturais do Rio das Velhas, o que poderá gerar inundações em várias outras localidades; destruição de mata atlântica, cerrado e pastagem, prejudicando toda a fauna e flora da região; interferência e afetação do território místico do Cemitério dos Escravos, da ADE(?) e do complexo Bicas, Pinhões e Macaúbas, um valor coletivo insustentável de nosso patrimônio histórico, cultural, ambiental e étnico; fragmentação do território de Santa Luzia, causando sérios prejuízos de até 5km nas regiões Angu-Duro, Fecho, Santa Helena, Comunidade Quilombola de Pinhões, Quintas da Siriema, Industrial Americano, Barreiro do Amaral, Palmital, Frimisa e Ribeirão da Mata, e do Distrito de Ravena, na extremidade com Sabará; crescimento desordenado da população, da especulação imobiliária lesiva, o que inevitavelmente poderá agravar o estado de ocupação desordenada do solo pelo qual Santa Luzia passa, aparentemente sem perspectivas de solução; estrangulamento da já saturada rodovia LMG-020, o que imporá mais dificuldade de acesso das comunidades rurais Taquaraçu de Baixo, Andrequicé, Campo do Santo Antônio, Engenho, Angu Duro e Macaúbas, e Quilombolas Pinhões às zonas urbanas de Santa Luzia; colapso da já estrangulada Avenida Brasília, via arterial do Distrito de São Benedito, a partir da proposta por parte da Prefeitura Municipal de Santa Luzia da construção de um dispositivo de acesso do Distrito Industrial Carreira Comprida ao rodoanel, não previsto no projeto rodoviário original; desapropriação de terras com indenizações injustas e sérios danos à agricultura familiar.

Cabe registrar que o apoio técnico ofertado ao Município de Santa Luzia pelo Estado de Minas Gerais, a partir da agência metropolitana, referente à revisão da legislação urbanística municipal, tem ocorrido sem o desenvolvimento de trabalhos específicos que orientem e informem aos munícipes sobre os impactos locais e demais consequências inerentes às proposições de uso e ocupação do solo nas áreas a serem impactadas, sobretudo as localizadas às margens do traçado funcional do rodoanel; e que a Seinfra está ignorando a Convenção nº 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário desde 2004, que estabelece que todo empreendimento rodoviário a ser construído a até 10km das comunidades tradicionais precisa adotar um protocolo de consulta prévia. As comunidades quilombolas de Santa Luzia, Pinhões e Manzo, localizadas entre 3km e 5km do traçado funcional do rodoanel, além das várias outras comunidades quilombolas da RMBH, não passaram pelo devido processo de consulta prévia, apesar de a lei estabelecer, e a Seinfra está dando continuidade ao projeto rodoviário.

Diante do exposto, solicitamos à Assembleia Legislativa de Minas Gerais a adoção de providências cabíveis para imputar o Estado de Minas Gerais, à Seinfra, à Agência RMBH e ao Município de Santa Luzia, em razão especialmente dos processos de revisão em curso da legislação urbanística local, da obrigação de assegurar à população de Santa Luzia efetiva ciência, conscientização e participação, principalmente dos residentes que serão diretamente impactados pelo rodoanel, caso ele seja construído, bem como pela revisão do plano diretor em curso, e a efetiva oportunidade para além daquelas que ocorreram nos dias 22, 23 e 26/11/2021, promovidas pela Seinfra, de discussão, consulta prévia às comunidades quilombolas, proposição e as respectivas respostas analisadas acerca das intervenções propostas por esse empreendimento no território municipal. Reitera-se que as comunidades vêm denunciando, por meio de diversas manifestações, notas, artigos e atividades que destacam esse devastador empreendimento, posicionando-se contra o mesmo em seu território, danos já devidamente elencados.

Salve Santa Luzia, salvem as comunidades quilombolas, salve o meio ambiente, salve a RMBH, e fora rodoanel!

O presidente – Muito obrigado, Glaucon. Vamos ouvir agora frei Gilvander Luís Moreira, do movimento Somos Todos contra o Rodoanel e CPT-MG. Peço a todos o cumprimento do horário, para que nós possamos ouvir a todos.

Frei Gilvander Luís Moreira – Muito obrigado, deputado Agostinho Patrus. Bom dia a todos, a todas e a “todes”. Eu sou frei Gilvander Luís Moreira, sou da Comissão Pastoral da Terra, e aqui também falo em nome do movimento Somos Todos contra o Rodoanel, movimento que criamos em Belo Horizonte e região metropolitana. Começamos a criar na semana seguinte ao governador Romeu Zema lançar esse famigerado, covarde, brutal dragão do apocalipse, esse tal de rodoanel.

Mas, deputado Agostinho Patrus, primeiro, parabéns! Muito obrigado, meu irmão, por ter convocado esta audiência aqui.

Eu queria inicialmente começar aqui reivindicando do deputado Agostinho Patrus e de todos os deputados e deputadas aqui da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais sepulte de vez o Projeto de Lei nº 3.300/2001, do deputado Thiago Cota, que altera os limites do Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda, projeto de interesse da mineradora Gerdau, que compromete o abastecimento hídrico da região metropolitana e também de BH. Esse projeto esteve tramitando aqui na Assembleia Legislativa, no ano passado, em 2020, e teve até tentativa de fraude detectada pela Assembleia Legislativa, na consulta popular, no site da Assembleia. Foram excluídos pela Assembleia Legislativa 1.319 votos a favor do projeto na consulta popular. Então: respeito à Serra da Moeda e a todas as serras de Minas Gerais e do Brasil.

Segundo, prefeito Vittorio Medioli, você terminou a sua fala dizendo que se sente como tendo uma das últimas missões da sua vida, não é? E ouvi expressão semelhante também do nosso prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, ainda quando tive a alegria e a responsabilidade de participar de reunião, para o 2º turno, da primeira campanha para se tornar prefeito, e ele falava assim: “Estou largando um monte de coisas, porque sinto que há uma missão de Deus nas minhas mãos”. E aí, meus irmãos, minhas irmãs, os de perto e os de longe, eu queria convidar todo mundo aqui, deputado Agostinho Patrus, para todos nós olharmos no espelho e percebermos que nós temos uma missão muito grande. A história vai mostrar qual legado vamos deixar para as próximas gerações.

O prefeito Vittorio Medioli, com muita maestria, apresentou ali, como dizem, espedaçou, mostrou a cretinice, a falta de pé nem cabeça, a atrocidade dessa proposta do governo de Minas sobre o rodoanel; e eu queria acrescentar também que, no meu canal do YouTube – quem não viu ainda pode procurar lá no YouTube freigilvanderlutapelaterraepordireitos –, deputado Agostinho Patrus, há mais de 60 horas, dezenas e dezenas de lives, de discussão que fizemos, de audiências populares – na prática – feitas pelos movimentos sociais populares, como o movimento Somos contra o Rodoanel que está lá demonstrando cabalmente todos os aspectos da história, da arqueologia, da antropologia, da engenharia civil, da ética, da espiritualidade – todos. E aí, gente, do fundo do meu coração, já está claríssimo que a gente tem que superar algumas visões que – eu acho – são muito pequenas. Não basta, e eu acho que é um erro grave, há uma cota de egoísmo em a gente defender, em termos socioambientais, só o meu quintal, a minha serra, o meu bairro, a minha cidade, o que está perto de mim. Isso é uma burrice porque, assim como o corpo humano, se cortarem a minha perna ou cortarem a minha barriga, o sangue circulará em todo o corpo. A região metropolitana, como parte de Minas Gerais, é um ecossistema só. Então não adianta a gente defender apenas o traçado menos pior.

O traçado que o prefeito Vittorio Medioli e a Marília Campos estão apresentando aqui é menos pior, mas, qualquer traçado, nós somos contra radicalmente, contra todo e qualquer traçado do rodoanel; somos contra, radicalmente contra qualquer alternativa de anel rodoviário em Minas Gerais. Por mil motivos: primeiro porque é uma obra mentirosa, não vai resolver, vai empurrar um pouquinho para o lado, tirar; em vez de quebrar 15 mil moradias, vai jogar mais para cima da zona rural. Isso não vai resolver a mobilidade. O que vai resolver os problemas de mobilidade e de congestionamento em Belo Horizonte e na região metropolitana, deputado e todos os presentes aqui, são três coisas.

Primeiro: ampliar o metrô de Belo Horizonte para várias cidades da região metropolitana e que continue sendo um metrô público, com tarifa a mais social possível. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto para resolver o problema da mobilidade, dos congestionamentos: resgatar o transporte de passageiros através de trens, coisas que existiam até várias décadas atrás. Fiz doutorado na UFMG, fui aluno do professor que fez tese sobre as ferrovias de Minas Gerais, e ele comprova que todas as 34 cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte eram conectadas

através do transporte de trens de passageiros, e isso precisa ser resgatado, essa é a verdade. É mentira dizer que o rodoanel vai resolver; não vai, vai ser pior.

Terceira coisa: melhorar a qualidade do transporte público. Outra coisa, gente: não adianta, por exemplo, Vittorio Medioli vem aqui e fala: “Olha, o nosso projeto é aumentar de 4 faixas para 6 faixas. Não resolve o problema, Vittorio, porque daqui a pouco vai ter que aumentar para 8 faixas, para 10 faixas, para 15 faixas. Nós temos que levar a sério, gente. Terminou agora um trem chamado COP26. As mudanças climáticas, o aquecimento global e a devastação ambiental que estão aí. Não adianta também o governo de Minas – é uma cretinice – dizer: “Ah, nós vamos colocar poucos acessos, porque aí vai inibir aglomerações ao lado”. É mentira também.

Nos últimos 40 anos, morei em seis capitais. Há 40 anos, morava em Brasília, estudava lá. Havia o plano-piloto e as cidades satélites. As grandes avenidas ligando o plano-piloto com as cidades satélites de Brasília, o que fizeram hoje? Está se transformando numa cidade só. É óbvio! Se ao redor dos 2km do Anel Rodoviário já juntaram sete mil famílias em 39 ocupações – estamos defendendo o direito delas por moradia –, é óbvio que, se fizessem esse rodoanel com mais de 100km, quando tiver terminando, o anel rodoviário, esse terceiro anel rodoviário, o rodoanel, vai ter no mínimo 50 mil famílias ao lado. E não adianta dizer que não tem acesso, não. Já vi, fazem aglomeração e constroem uma estrada vicinal ao lado daquele paredão.

Poderia citar aqui, gente, outra coisa. Vai ser o *rodoconurbação*. Esse famigerado rodoanel é obra eleitoreira, autoritária, ecocida, hidrocida, cavalo de Troia, dragão do apocalipse. Em nome das próximas gerações, não podemos. Estou terminando.

Outra coisa, Região Metropolitana de Belo Horizonte tem na história ser o celeiro de produção de alimentos para Belo Horizonte e região metropolitana. Então empurrar o rodoanel para cima das áreas rurais é outra mentira, é outra brutalidade, porque vai acabar com a agricultura familiar da região metropolitana e vai empurrar cidades. Daqui a pouco, BH e as 34 cidades serão uma cidade só, com 10 milhões de habitantes. Aí vai ser desertificação geral.

Terminando, esse rodoanel não pode sair, o que tem que sair é metrô, ampliar para a Cidade Administrativa, resgatar o transporte de passageiros através de trens, senão o rodoanel vai levar BH e região metropolitana da gravíssima crise hídrica para o colapso e exaustão hídrica. Então, em nome da vida, em nome do meio ambiente, em nome dos animais, em nome dos seres vivos e das próximas gerações, que vá para o quinto dos infernos esse tal de rodoanel! Nem aqui, nem em lugar nenhum, nem na lua! Existem alternativas sérias para serem conversadas com o povo. Vamos parar com essa história de defender o meu quintal e empurrar a desgraça da devastação para o quintal do vizinho, porque salva-me hoje, mas, amanhã, vai me matar também. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, frei Gilvander. Vamos ouvir agora Henrique Lazarotti, do Movimento Serra Sempre Viva.

O Sr. Henrique Lazarotti – Bom dia. Eu sou Henrique Lazarotti, sou membro do Movimento Serra Sempre Viva. Nós temos a importante missão de defender as serras e as águas da nossa região, principalmente do Barreiro, de Ibité, de Sarzedo e de Mário Campos. Eu estou aqui hoje me sentindo muito emocionado por fazer esta fala. Primeiro, porque este aqui não é o meu lugar. Eu sou militante, ativista, e o meu lugar é no meu território, junto do povo, de modo que não vou trazer aqui palavras eloquentes nem um discurso arrebatador. Mas a emoção que eu trago aqui é muito grande e representa milhares de pessoas das nossas cidades que não estão dormindo, prefeito Vittorio Medioli, porque estão assustadas com esse projeto, com esse caos e com essa devastação que o projeto do rodoanel promete para a nossa região metropolitana.

Quero iniciar dizendo o seguinte: nós conseguimos provocar duas audiências públicas, uma na Assembleia Legislativa e uma na Câmara dos Deputados. Em nenhuma delas, lamentavelmente, secretário Gabriel, a Seinfra se fez representar e não quis nos ouvir. Esta é a primeira vez que nós estamos tendo a oportunidade, numa audiência pública, de nos confrontar com a Seinfra. Eu queria, sim, agradecer ao presidente deputado Agostinho Patrus e aos demais deputados e deputadas por esta oportunidade. Quero dizer o seguinte: em uma reunião, secretário, no meio do ano, organizada com a Seinfra e com a entidade Greenpeace, nós solicitamos uma informação que até agora não nos foi passada. Nós queremos saber como a Seinfra chegou a esse traçado que ela propôs

inicialmente. E para isso a gente tem que ter acesso a todos os 12 ou 13 traçados que foram descartados. A alternativa locacional é extremamente importante para a gente avaliar a viabilidade ambiental de um projeto. Então eu peço aqui, faço um apelo: depois de quase seis meses, que a Seinfra possa tornar público quais eram esses traçados e por que eles foram descartados. O que foi proposto é o melhor deles. Essa é a primeira coisa.

Queria dizer também o seguinte: ainda quanto ao tema de transparência do traçado, a gente tem como referência na militância ambiental a consulta à plataforma do índice Sisema, utilizada para todos os processos de licenciamento. E nessa plataforma, ao contrário dos traçados que a gente vê nos jornais e na televisão, nessa plataforma que é oficial do governo do Estado de Minas Gerais, existe um traçado muito mais assustador do que esse que a gente vê nas apresentações.

Então peço clareza ao Estado para dizer o seguinte: que traçado é aquele? Qual é o traçado oficial? Nós estamos perdidos, e as pessoas estão assustadas. Mais que isso, em algumas audiências públicas, vocês afirmaram que o traçado apresentado era um referencial e que, de acordo com a inviabilidade econômica, no momento da execução, os traçados poderiam ser corrigidos. A gente precisa entender isso. Ontem eu saí 23h30min da noite de uma reunião em praça pública de Ibirité, em que a prefeitura assegurava às pessoas, dizendo: “Fiquem tranquilas. Não vai passar nas casas, vai passar na mata aqui ao lado”. Se essa correção acontecer, essas pessoas podem estar tranquilas de que suas casas vão estar de pé? Essa é a pergunta. A gente quer entender o que são essas correções que podem acontecer no momento da execução, senão, nenhum morador de um bairro onde o traçado passar pode ficar tranquilo.

Em relação à necessidade de a gente inverter o procedimento que o Estado vem tocando, é inaceitável que o Estado, numa obra dessa proporção, dessa magnitude, se aproveite de uma permissão legal para dizer o seguinte: “Não, vamos fazer depois todos os estudos ambientais, os estudos de impacto ambiental para avaliar a viabilidade ambiental, social e cultural desse projeto. Vamos fazer a licitação primeiro, vamos deixar depois uma bomba no colo dos setores técnicos do Estado, das áreas ambiental, cultural e social, esperando que eles possam nesse caso fazer uma avaliação sincera, tranquila etc”. Não vai acontecer isso. Como é que vai ser barrado um projeto depois de ser aprovado, de já serem investidos bilhões? O poder econômico se impõe. O interesse público nesse caso exige que esse procedimento seja invertido, que esse procedimento seja invertido.

Nós precisamos agora, inicialmente, de estudos de impacto ambiental sérios, feitos de forma competente e com qualidade, porque eles vão demonstrar a inviabilidade ambiental desse projeto. E é disso que o Estado tem medo. Esse é um projeto que não sai do papel, esse dragão de apocalipse vai ser mais um elefante branco que vai ficar 15, 20 anos paralisado, com obras que não vão terminar nunca: desperdício de dinheiro público, devastação ambiental, caos.

Então a Assembleia Legislativa tem a oportunidade de chamar à ordem o governo do Estado de Minas Gerais para tratar a gente de forma séria. As audiências públicas são uma verdadeira farsa: virtuais, enquanto o trabalhador brasileiro não tinha condição de acessar os dados móveis. Mais de 80% da população brasileira estava prejudicada, sem poder acessar os dados móveis, e tinha que assistir a uma audiência pública que não tinha contraditório nenhum. Não é algo tão urgente assim para que não se possa refazer todo o ciclo de consultas públicas nos municípios, em cada um deles; em cada um deles, de forma presencial, ampla, participativa. Essa é uma exigência. O Estado pode reabrir essa fase inicial das consultas.

Para concluir, quero dizer o seguinte: nós, do Movimento Serra Sempre Viva, estamos totalmente contra esse projeto. Eu poderia fazer aqui a fala que o frei Gilvander fez, mas visto que há pessoas como os prefeitos que estão aqui, que pensam de uma maneira diferente, temos que ver também que esse procedimento, como está sendo tocado, ele pode, sim, estar criando oportunidades para que essa licitação seja dirigida a alguns grupos econômicos interessados. Porque, se os grupos interessados nessa concessão não são capazes de conhecer as reais dimensões e a profundidade dos impactos que estão envolvidos, é óbvio que ninguém vai arriscar arrematar essa obra por uma coisa totalmente desconhecida e perder a sua empresa, o seu grupo de investimento. Essa obra está com a cara de que tem cartas marcadas, e a gente precisa passar isso a limpo. A gente ouviu, nesta semana, notícias nos jornais de acusações, e são acusações que têm que ser levadas a sério, são denúncias que têm que ser levadas a sério.

Eu queria dizer, para finalizar, o seguinte: secretário Gabriel – o Marcato não está aqui hoje; o governador Zema não está aqui –, se vocês aprovarem esse projeto dessa forma como vocês estão fazendo e destruírem os mananciais da nossa região – Taboões, Bálsamo, Rola-Moça, Barreirinho – e matarem de sede o povo de Ibirité e do Barreiro, eu quero saber aonde nós vamos procurar vocês para cobrar essa conta. Aonde? Porque, no governo de Minas Gerais, provavelmente vocês não vão estar mais. Então, encerro dizendo o seguinte: se vocês tiverem a audácia de continuar com esse projeto desse jeito, com essa desonestidade que vocês estão fazendo, eu anuncio – da minha parte e de muitas outras pessoas também –, nós, os rebeldes da montanha, vamos subir a serra e vamos resistir nas trincheiras – metaforicamente falando, secretário –, mas vocês não vão passar o rodo dessa forma e destruir um patrimônio, um dom maravilhoso que Deus e a natureza nos deram, que é nosso dever proteger. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Henrique Lazarotti. Vou passar a palavra à Simone Bottrel, representando a Arca Amaserra.

A Sra. Simone Bottrel – Boa tarde a todos e a todas. Queria agradecer ao deputado Agostinho Patrus por proporcionar mais esta oportunidade para a gente estar defendendo as nossas águas, as nossas serras de Minas. Nós representamos aqui um grupo de ambientalistas, de moradores que atuam na Serra da Moeda. Vocês sabem que a Serra da Moeda começa no Parque do Rola-Moça. A gente entende que todas as opções para o rodoanel vão trazer algum tipo de impacto de alguma forma. Não há solução para algum problema na região metropolitana se não houver esse impacto, não é?

Nós estivemos com o governo de Minas, eles estiveram visitando a Serra da Moeda, a Serra da Calçada, longamente, e eles nos atenderam de forma a pelo menos nessa área o rodoanel não impactar as nossas serras e as nossas águas tão importantes – áreas como a Serra da Calçada, Moeda, Rola-Moça. E foi com muita surpresa que a gente viu que os prefeitos propuseram outro traçado que também vai impactar o Parque do Rola-Moça.

Felizmente, a gente tem sentido que cada um tem mudado à medida que vai conversando e que vai havendo audiência. As pessoas vão mudando, o governo mudou, o Mediolí já mudou uma vez também: ia passar por Vargem das Flores, e já fez outra proposta. As coisas vão mudando. A gente conversou muito com o prefeito de Brumadinho. A princípio, ele queria o rodoanel passando no meio da cidade; ele mudou. Então, a mudança virá, e a gente vai conversar muito ainda para que as mudanças não afetem o meio ambiente na nossa região, na região metropolitana, para que a gente tenha soluções de trens que não impactem a sociedade, como frei Gilvander está falando; que haja um rodoanel que seja útil para cada trecho, para cada situação, para cada município.

Marília, Vargem das Flores é superimportante. A gente não pode deixar perder isso também. É difícil, não é? Mas, dentro do Rola-Moça, também é complicado. Kalil, Rola-Moça em cima do Manancial Catarina? Aquilo abastece a região metropolitana, o Barreiro, abastece Brumadinho, abastece Nova Lima. Nós vamos ter que arrumar uma outra solução para esse rodoanel. A gente não é contra o rodoanel, a gente acha que há solução. Existe até uma terceira via – não sei se você já receberam; é até muito inovadora, em vez de se fazer todo esse processo, esses traçados. A terceira via também é complexa, mas há gente falando sobre a melhoria do anel atual. Houve gente aqui falando sobre isso. O Virgílio mesmo falou. Isso tem que acontecer também, mas há gente falando: “Não. Não vamos fazer rodoanel em nenhum desses traçados; vamos consertar o anel”. É outra proposta.

Então, há muita coisa de proposta para a gente discutir na Assembleia, junto com os deputados, com a comunidade. Eu acho que vai dar certo, gente. A gente tem que começar a confiar um pouco também, porque há gente tão desconfiada de tudo e da política. É tão difícil fazer qualquer coisa neste país! Vamos tentar alinhar tudo o que todo mundo falou, vamos tentar convergir, vamos tentar sair com o melhor projeto para que os impactos decorrentes desse projeto sejam minimizados de uma forma tão maravilhosa que, ao final, as pessoas falem: “Nossa, saiu! Vargem das Flores... Foi superbonito, ficou bacana. O rodoanel veio com compensação em cima disso”. Vamos fazer – sei lá – uma força coletiva para a gente tentar fazer o melhor para todo mundo. É isso que eu quero.

Eu queria também convidar vocês para irem ao trecho onde vai passar o rodoanel. Medioli, por favor, vamos lá comigo; Marília, Kalil. Deixem-me mostrar para vocês o que é aquilo, a importância daquilo. Não vão passar rodoanel lá nem nos lugares que são relevantes para a sustentabilidade, para este país, para a nossa região metropolitana. É isso. Obrigada.

O presidente – Muito obrigado. Vamos passar agora às considerações finais. Passo a palavra ao prefeito Vittorio Medioli, para as suas considerações finais.

O Sr. Vittorio Medioli – Gostaria de dar uma resposta aos ambientalistas aqui presentes. A nossa proposta tem todo o respeito com o meio ambiente. Agora, existe um conflito na Europa. Se nós enxergamos, há pouco espaço, muita gente morando...

A Sra. Nilce Barreiros – Eu sou delegada, fui delegada nacional do meio ambiente, sou moradora do Tupã – são povos tradicionais indígenas –, estou no Senaf, como produtora da agricultura familiar. Não havia ninguém aqui representando meus companheiros.

O meu pedido é mais respeito. Eu tenho um projeto de sementes crioulas que dá a sustentabilidade e a saúde. Ninguém falou com moradora, e eu sou moradora, criei meus filhos, que estudaram. Moro no Tupã, tenho um projeto de plantas medicinais lá, para garantir a saúde nossa e a nossa sustentabilidade.

E gostaria de pedir a esta Casa mais respeito conosco, idosos; mais respeito conosco, povos tradicionais indígenas. Eu sou moradora do Tupã. Quando eu me mudei para aquela região, o povo indígena garantia as nossas matas, as nossas florestas. Eu tenho uma grande prefeita, mulher que tem nos ajudado ali, que é a Marília, que tem ajudado o povo. O meu marido tem 72 anos. E você, Marília, tem tido respeito conosco, garantindo o nosso estatuto. Eu pediria a vocês desta Casa, com todo O respeito... Nós, enquanto povos tradicionais indígenas... E muitos ali, quando eu usava esse chapéu diziam: “Aqui não há produtor”. E é essa mulher, a Marília Campos, que tem nos dado visibilidade ali para ganharmos o nosso sustento para aumentar a nossa renda. Neste momento, Marília, gostaria de agradecer a você, porque você tem respeitado o nosso estatuto. O Kalil também, que é uma pessoa que eu admiro e que está lutando pelo nosso sustento, dos aposentados. Enquanto eles estão querendo destruir as nossas plantas medicinais, o nosso direito, porque não pensar na BR-116? Ali morreram várias pessoas, inclusive da minha família. Ficam pensando em nos prejudicar.

Eu tinha preparado outro discurso, mas eu falei o que Deus colocou no meu coração.

E quero pedir a você, Marília: olhe por nós, olhe por nós, porque nós precisamos.

Deputados desta Casa; Sávio Souza Cruz, que foi o nosso secretário de Saúde – por favor, Sávio: intercedam por nós, porque nós somos mulheres, a minoria, povos tradicionais que ainda estamos lutando para garantir o nosso direito, ao menos, de plantar as nossas plantas medicinais. Está bem, Marília?

Que Jesus abençoe todos vocês. E me perdoem de eu ter tomado essa atitude. Eu não sou mal-educada, mas eu não gosto que ninguém fira o meu direito, porque eu sou mulher de movimento, eu lutei foi contra a ditadura militar. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, Sra. Nilce Barreiros, dos povos tradicionais indígenas. Com a palavra, para considerações finais, o prefeito Vittorio Medioli.

O Sr. Vittorio Medioli – Querida dar uma resposta aos ambientalistas aqui presentes. Na Europa, um território que foi ocupado por uma população com uma densidade extremamente superior à nossa, houve sacrifícios em termos de transposições de área de preservação. Lá há toda uma tecnologia para minorá-la e não gerar impacto, não espantar a fauna, não colocar em risco os mananciais. E isso não é explicado. Parece que se vai acabar com o Rola-Moça.

O Rola-Moça passa na margem de Casa Branca. Ali há população. Portanto, ou há um sacrifício em termos de um assentamento, como é Casa Branca, ou tangencia-se o Rola-Moça. O nosso projeto tangência, em alguns pontos, e interfere lá, mas são interferências mínimas, que podem ser atenuadas garantindo-se a fauna, garantindo-se também... Hoje há tecnologia. Eu não sou

engenheiro, mas se vocês acessarem a internet, há os concretos asfáltico(?), há a impermeabilização, para não colocar em risco as faldas freáticas e o abastecimento de água.

Agora, nós precisamos ter presente em nós o sentimento ecológico. O que é a ecologia? O respeito dos seres vivos. Agora, não podemos passar em cima, com a destruição dos bairros de Betim e Contagem, e não resolver a mobilidade urbana.

Vejam só que o último projeto aqui... O primeiro projeto entrava aqui, cortava cerca de 13km. Esse aqui corta 8km. Consta para mim que três têm interferência. Esse é o Rola-Moça. Vocês podem ver que passa tangenciando e, em alguns pontos, há interferências.

Pode também ser compensado o Rola-Moça. São cerca de 100.000m² que seriam afetados no Rola-Moça – ele tem alguns milhões de metros quadrados.

Tem que estudar com critério. É claro que nós temos que manter presente o respeito, manter a característica do Rola-Moça, mas temos que ter também uma capacidade de discutir isso e encontrar um meio-termo, porque o principal é o homem, que tem consciência dos impactos que gera. Se você passa pela Europa, há grandes parques atravessados por ferrovias, atravessados por grandes rodovias, mas com obras que compensam e que não interferem nisso.

Eu queria, mais uma vez, agradecer ao deputado Agostinho Patrus. Estamos abertos para qualquer discussão, mas uma discussão que se dê de forma paritária e acompanhada também por uma consultoria técnica. No último momento... A nossa proposta, essa aqui, o Estado tem. Depois, quis detalhamentos a partir de 8 de novembro. Os detalhamentos da primeira proposta foram publicados dia 13 ou 14 de novembro. Como agora aqui colocam – veja que coisa – uma mensagem de WhatsApp com a nossa secretária de Obras para justificar que deram transparência a isso? Isso é um absurdo. Eu chamo a atenção do governador, porque não há como qualificar. Não adianta, tem que chamar essa questão para a mesa dele para ser resolvida.

Agradeço também ao prefeito Kalil; à Marília, prefeita de Contagem; ao Neném, de Brumadinho.

Outra: é um total desrespeito. Esse projeto não resolve a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nós temos um problema. O primeiro problema é a mobilidade na região. Hoje é precarizada toda a região metropolitana por isso.

Essa última proposta – eu não tinha alertado – vai... Aqui em cima, lá na Mutuca. Aí ambientalista também, tema presente. Se for feito isso, todo o trânsito que vem da BR-040 vai continuar dentro do rodoanel, porque ninguém vai fazer 60km a mais para dar a volta em Belo Horizonte. O rodoanel vai continuar e piorar a sua situação.

Portanto, quando se fala, a meu ver, apressadamente sobre eliminar mortes que acontecem no rodoanel, é isso aqui que vai garantir, essa proposta é que vai garantir, porque, se pagarem R\$350,00 para dar a volta, com 60km ou 40km a mais – agora os números podem estar errados, mas com muito mais tempo –, continuarão cortando Belo Horizonte. E o nosso anel rodoviário não terá sentido.

Também vejam aqui: Betim e Contagem. Hoje o que eles fazem? Vão até o rodoanel, passam para cá e vêm para cá. Nós queremos uma saída. Portanto, a saída que tenha o menor impacto. Mas tem que ter uma saída para a BR-040. Hoje todo movimento é aqui. Até uma grande expansão industrial e comercial vai voltar para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte. O Anel Rodoviário de Belo Horizonte, se fizerem um estudo de mobilidade – não há um estudo de mobilidade –, não vai ter nenhum benefício no rodoanel. E outra: vai colocar em risco o conceito... Daqui até aqui são quantos quilômetros? Veja, dá uma curva e volta para retornar. Só em relação à saída de Betim, são mais de 20km a mais. Portanto, não serve absolutamente para nada. Serve para captar o trânsito local de Betim a Contagem e para voltar a pagar pedágio, um pedágio que gera uma fortuna de lucros para as concessionárias envolvidas.

Muito obrigado. Fiquem com Deus.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Muito obrigado, prefeito Vittorio Mediolli.

Questiono também as representantes da Seinfra se querem fazer uso da palavra, o secretário Fernando Marcato, os subsecretários. Por favor, secretário Fernando Marcato.

O Sr. Fernando Scharlack Marcato – Quería, mais uma vez, agradecer ao senhor o espaço e a oportunidade de virmos aqui ouvir as demandas, as reivindicações tanto dos prefeitos quanto da população em geral.

Quero dizer, mais uma vez, que a secretaria permanece à disposição. Vamos nos debruçar – já estamos debruçados – nesse novo pedido de traçado apresentado pelas prefeituras e pretendemos oportunamente divulgar um novo cronograma do projeto e fazer todas as reuniões e encontros que se fizerem necessários.

Então, mais uma vez, presidente, obrigado. Estamos à disposição para o que for necessário.

O presidente – Muito obrigado, secretário Marcato. Com a palavra, o prefeito Alexandre Kalil.

O Sr. Alexandre Kalil – Presidente, muito obrigado; muito obrigado a todos.

Eu gostaria só de dizer o seguinte ao secretário, ao subsecretário, com todo o respeito: muito cuidado, porque a gente conhece o setor privado pesado, os grandes, enormes. Quem vai colocar a digital nesse negócio são os homens públicos. Então, eu peço uma atenção especial, porque nós todos temos que nos preservar como homens públicos. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, prefeito Alexandre Kalil. Com a palavra, a prefeita Marília Campos.

A Sra. Marília Campos – Quero parabenizar a Assembleia Legislativa pela realização deste debate. Sugiro, deputado e presidente Agostinho, que a gente apresente uma proposta ao governo do Estado para que cancele essa audiência que está marcada para hoje, acho que às 13 horas – já são quase 13 horas –, que seria inclusive a audiência final prevista para esse debate. E que o governo do Estado faça um novo cronograma a partir dos debates que estão sendo feitos aqui.

Eu acredito que é importante que os municípios sejam ouvidos. E a proposta que nós estamos fazendo é que o Estado analise o que foi apresentado pela Prefeitura de Betim, que incorpora a proposta de Contagem, que é não rasgar a bacia de Vargem das Flores, e, sim, contornar a bacia. E que o Estado então somente faça uma nova audiência a partir desse estudo de traçado que Betim apresentou, contemplando a reivindicação da cidade de Contagem.

No mais, desejo uma recuperação ao secretário de Estado Marcato, para que a gente possa comemorar, se Deus quiser, não só que ele tenha saúde e se recupere dessa questão da doença, mas que a gente discuta a proposta que, de fato, atenda à região metropolitana.

Muito obrigada. Parabéns, Assembleia Legislativa, pela realização deste debate.

Palavras do Presidente

Quero saudar aqui também a deputada Andréia de Jesus, que nos honra com a sua presença, e dizer que este debate foi muito importante para esclarecer alguns pontos e demonstrar também que ainda existem pontos obscuros no debate dessa questão. Por isso, a Assembleia, já no dia de hoje, vai oficializar ao governo do Estado, através da Secretaria de Infraestrutura, solicitando toda a documentação e os estudos que são feitos para que nós aqui, de forma amena, de forma detalhada, tratemos desse assunto.

Parece-me que existem duas ou três propostas colocadas na mesa, e elas precisam ser clareadas. A Assembleia se dispõe, juntamente com as prefeituras, a fazer um grande trabalho em conjunto para que a gente levante e audite esses números e esses estudos que foram feitos. Só assim poderemos dar também o aval desta Casa para uma obra que é tão importante em Minas Gerais.

Eu quero aconselhar aqui também a Secretaria de Infraestrutura que, até a conclusão desses estudos, até a conclusão desses levantamentos, como colocou muito bem a prefeita Marília, suspenda o trâmite da continuidade desse processo, porque, se existe algo que não está claro, que não está, de forma legítima, explicado à população de Minas Gerais, aos seus representantes nesta Casa e também àqueles que representam essa população na região metropolitana, é importante que nós continuemos esse debate.

Então, nós vamos oficializar a secretaria, vamos criar um mutirão e, se as prefeituras estiverem de acordo, vamos tecnicamente analisar esse projeto. Me parece que há estudos também de uma empresa alemã que já começam a ser desenvolvidos. Seria importante também que esses estudos fossem enviados à Assembleia, colocados à mesa, para que os números fiquem claros, para que a população seja informada do que está acontecendo. A Assembleia Legislativa, os prefeitos e os movimentos sociais que aqui se manifestaram não querem, de maneira nenhuma, que um projeto se atrapalhe, que ele seja inviabilizado. O que nós pretendemos é que o interesse público esteja à frente das discussões, que o interesse da população seja resguardado. E disso a Assembleia Legislativa não abre mão.

Portanto, solicitamos as informações para que, com brevidade – quem sabe na próxima sexta-feira ou no início da próxima semana –, possamos aqui mais uma vez nos reunir, aí diante de um estudo técnico – não somente de afirmações de um lado ou de outro, mas de um estudo técnico – realizado pela Casa, realizado com o apoio das prefeituras, a fim de, aí sim, definitivamente caminharmos para a resolução desse problema, que vai trazer solução para a região metropolitana, mas que, se for de forma errônea encaminhado, vai trazer dor de cabeça à mineira e ao mineiro, e isso é a última coisa que nós pretendemos.

Quero agradecer muito a presença a todas e a todos e dizer que a Assembleia, mais uma vez, está vigilante na sua missão de fiscalizar as ações do Executivo para que os serviços públicos sejam entregues com qualidade à população.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 29, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/11/2021

Às 11h6min, comparecem à reunião os deputados Delegado Heli Grilo, Bernardo Mucida (substituindo o deputado Gustavo Santana, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta) e João Leite (substituindo o deputado Betinho Pinto Coelho, por indicação da liderança do Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Delegado Heli Grilo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.845/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo seu importante apoio na realização da Expoqueijo 2021;

nº 10.899/2021, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a produção de fertilizantes no Brasil, com ênfase para os fertilizantes orgânicos, minerais e bioinsumos;

nº 10.925/2021, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja realizada audiência pública para debater as aplicações e o acesso dos pequenos e médios produtores rurais à energia de fonte solar fotovoltaica e o papel do Estado no fomento e financiamento desses empreendimentos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, desconvoca a reunião extraordinária de hoje, dia 24/11, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente – Inácio Franco – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/11/2021

Às 9h39min, comparecem à reunião a deputada Ione Pinheiro (substituindo a deputada Delegada Sheila, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Sargento Rodrigues e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater assuntos relacionados à valorização das Guardas Municipais, especialmente aqueles que dependem de alterações na legislação federal para serem concretizados, e receber os integrantes da Marcha Azul Marinho, encontro de guardas municipais de diversos municípios mineiros. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 10.944/2021, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Sargento Rodrigues e Coronel Sandro, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos e as consequências do regime de recuperação fiscal, previsto no Projeto de Lei nº 1202/2019, nas carreiras de policial e bombeiro militar, policial civil e penal, agente de segurança socioeducativo e servidores administrativos da segurança pública, para a qual sejam convidados os secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Fazenda, bem como entidades de classe, associações e sindicatos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença do deputado Bruno Engler. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Rosilene Ferreira dos Santos, guarda municipal do Município de Ariquemes (RO) e vice-presidente da ONG SOS Segurança da Vida, e Fernanda de Brito Nascimento Silva, comandante da Guarda Municipal de Itabirito; e os Srs. Delegado Marcelo Freitas, deputado federal; Wilsinho da Tabu, 2º-secretário da Câmara Municipal de Belo Horizonte, e Maurício Domingues da Silva, presidente da ONG SOS Segurança da Vida de São Paulo. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Heli Grilo – Delegada Sheila.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2021

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/12/2021, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Inácio Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/12/2021, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a produção de fertilizantes no Brasil, com ênfase para os fertilizantes orgânicos, minerais e bioinsumos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre, Coronel Henrique e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/12/2021, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater, com o Ministério do Turismo, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, a Agência Nacional de Transportes

Terrestres, a VLi (Ferrovia Centro-Atlântica) e o Ministério Público Federal, os projetos ligados ao Circuito Ferroviário Vale Verde, a situação do trecho ferroviário entre Lavras e Varginha e as obras previstas para esse trecho.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2021.

João Leite, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.906/2021

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do deputado Zé Guilherme, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Amigos da Sobriedade Amis – Ct Espaço Invertido, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde. A primeira delas examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.906/2021 visa declarar de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Amigos da Sobriedade Amis – Ct Espaço Invertido, com sede no Município de Ribeirão das Neves, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, a comissão apresentou a Emenda nº 1, que visa adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos: promover a reabilitação física, psíquica, espiritual e emocional de dependentes em substâncias psicoativas; oferecer tratamento a dependentes químicos e a seus familiares e/ou responsáveis (codependentes); fomentar e coordenar grupos de apoio para dependentes químicos e seus familiares; e promover ações, programas e atividades de reinserção social para os dependentes químicos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Comunidade Terapêutica Amigos da Sobriedade Amis – Ct Espaço Invertido, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.906/2021, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2021.

André Quintão, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 29/11/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alessandra Luiza do Carmo, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

exonerando Danilo Geraldo dos Santos, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;

exonerando João Victor Colares Prasser, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

exonerando Juliana Barbosa Milagres Rios, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Guilherme da Cunha;

exonerando Lício César Lopes Oliveira, padrão VL-49, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

exonerando Luana Carvalho Miranda, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins;

exonerando Pedro Pessoa Moreira Victor, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Aurelino Sebastião Pereira, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

nomeando Cesar Emilio Lopes Oliveira, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

nomeando João Pedro Alves Marques, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Paulo;

nomeando Kaio Augusto Pereira Pedrosa, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rafael Martins;

nomeando Maria de Fátima Machado Thomaz Silva, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 79/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 156/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 15/12/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de servidores de rede.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 63/2021

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Mobilização Comunitária de Fortaleza de Minas. Objeto: doação de bens móveis classificados como antieconômicos. Vigência: a partir da data de assinatura, inclusive. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 105/2021

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Comunitária e Educativa Santo Tomás de Aquino. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 106/2021

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Comunitária de Santo Antônio dos Pinheiros Altos. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.